



INSTITUTO FEDERAL BAIANO
CAMPUS CATU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

SARA PEREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA

ACOMPANHAMENTO DE SURDOS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS DO IF
BAIANO: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO AUTOBIOGRÁFICO

Catu - BA
Setembro 2024

SARA PEREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA

**ACOMPANHAMENTO DE SURDOS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS DO IF
BAIANO: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO AUTOBIOGRÁFICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Catu do Instituto Federal Baiano, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Profa. Dra. Patricia de Oliveira

Catu - BA

Setembro 2024

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus Catu*
Setor de Biblioteca

O48 Oliveira, Sara Pereira dos Santos

Acompanhamento de surdos egressos dos cursos técnicos do IF Baiano: reflexões a partir de um estudo autobiográfico / Sara Pereira dos Santos Oliveira. – 2024.

76 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Patrícia de Oliveira.

Dissertação (mestrado), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), 2024.

1. Educação inclusiva. 2. Estudantes surdos. 3. Educação profissional e tecnológica. 4. Mercado de trabalho. I. Oliveira, Patrícia. II. Título.

CDU: 37.035.3-056.263

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação para o trabalho 37.035.3
2. Pessoa surdo-muda -056.263

Ana Paula Ribeiro – Bibliotecária – CRB5/1583



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica

Ata da Banca Examinadora de Defesa de Dissertação Intitulada:
PROPOSTA DE PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE SURDOS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS DO IF
BAIANO

No dia 26 de setembro de 2024, às 9 h 10 min, através da plataforma de Webconferência *Google Meet*, deu-se início a defesa de dissertação pelo discente Sara Pereira dos Santos Oliveira, como requisito para conclusão do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, sediado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Catu. A Banca Examinadora foi presidida por Profa. Dra. Patricia de Oliveira e também contou com a participação de Profa. Dra. Ana Paula Zerbato (membro externo/USP), e Profa. Dra. Cristiane Brito Machado (membro interno/ProfEPT). Após a abertura da sessão de defesa, o(a) discente fez a exposição oral em 30 minutos; em seguida foi arguido pela banca que, logo após, reuniu-se reservadamente. A Banca decidiu por **aprovar** o discente. A concessão do título está condicionada ao cumprimento das demais exigências previstas no Regimento do programa.

Assinam os membros da banca:



Documento assinado digitalmente
ANA PAULA ZERBATO
Data: 07/10/2024 14:13:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado eletronicamente por:

- **Cristiane Brito Machado, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 05/10/2024 02:04:50.
- **Patricia de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 04/10/2024 14:16:32.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 04/10/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 612767
Verificador: 077c0ccb0
Código de Autenticação:





INSTITUTO FEDERAL BAIANO

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

SARA PEREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA

ACOMPANHAMENTO DE SURDOS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS DO IF BAIANO: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO AUTOBIOGRÁFICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Baiano, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de setembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Patricia de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

Orientadora

Profa. Dra. Ana Paula Zerbato

(membro externo/USP),

Profa. Dra. Cristiane Brito Machado

(membro interno/ProfEPT).

SARA PEREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA

**ACOMPANHAMENTO DE SURDOS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS DO IF
BAIANO: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO AUTOBIOGRÁFICO**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Baiano, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de setembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Patricia de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

Orientadora

Prof. Dr. Ana Paula Zerbato

(membro externo/USP),

Profa. Dra. Cristiane Brito Machado

(membro interno/ProfEPT).

Dedico este trabalho à “Mainha”, que me ensinou desde cedo o verdadeiro significado da empatia, mesmo quando essa palavra ainda não era usada. Ao meu tio “Wilé”, a primeira pessoa surda que conheci e aprendi tanto. À Keren Apuc, minha filha, que torna minha vida mais bonita e a Quevin, meu sobrinho e filho de coração, que me auxilia tanto nessa jornada, aprendendo diariamente sobre amor.

AGRADECIMENTOS

O Pai celestial é o meu farol; a Ele dedico minha força, resiliência e fé. A Ele, meu mais profundo agradecimento pelo sustento, saúde e coragem! Começo agradecendo à minha base, Dona Fátima, minha "Mainha" em memória, que, mesmo em outro plano, sei que está acompanhando tudo. Ela me ensinou o valor da educação e como somos fortes quando decidimos ser, aprendendo a apreciar as conquistas de uma forma especial. Ao meu tio Wilevalter, também em memória, que esteve presente em toda a minha vida e me ensinou tanto sobre inclusão e respeito. Ele, sendo surdo/deficiente auditivo em uma época de preconceitos ainda maiores e barreiras gigantes, foi uma inspiração. Ao Quevin, obrigada por me incentivar, pelo suporte e parceria. O amor que sinto é tão grande que nem consigo mensurar. À minha joia mais preciosa, Keren Apuc, minha filha, obrigada pela paciência, pelo amor e por tudo o que você é. Tenho um imenso orgulho de ser sua mãe e do ser humano lindo que está se tornando. Aos meus irmãos, Thiago e Sheila, para que nunca nos esqueçamos da importância dos estudos e dos lugares que eles podem nos levar. A Dinda Vêú, pela irmandade ao longo desses anos, pelas intercessões e aos nossos amores, Joaquim, Bela, e João, um amor que vai além desta vida, obrigada por tanto. À Ana Lúcia, que com tanta sabedoria e paciência me ouvia por horas, dando-me força e ajudando-me a acreditar que eu conseguiria. Obrigada aos irmãos de coração que a vida me deu: Cássia, Cândida, Mannu, Flavinha, Ayalla, Iara, Ita, Mili, Léia, Ito, Samanta, Carlinha, Poly, Ana, Eli, Nil, Dilvan, Maurício, Kally. Vocês foram meu alicerce em tantos momentos. À Thays por ser colo tantas vezes em forma de "já treinou hoje" "Como esta?" "Vamos correr amanhã"? "Vamos tomar um café?" Ao meu Clube do Livro, fundado no mesmo período do mestrado, que tem agregado tanto com tantas famílias especiais e um lindo movimento de leitura em nossa sociedade. Aos meus amigos intérpretes, colegas do Napne e do campus Uruçuca, ao qual tenho muito orgulho de pertencer, por me permitirem essa capacitação, Léia, muito obrigada! Aos meus alunos, colegas e amigos surdos, que tanto agregam e transformam minha vida diariamente para melhor. Espero que este trabalho contribua para a vida das pessoas como vocês contribuem para a minha trajetória. Em especial, à minha orientadora, um ser humano lindo, dedicado, com uma conduta ética e um olhar atento às necessidades do próximo. Obrigada por segurar minha mão em todos os momentos. Tenho muito orgulho do caminho que estamos trilhando juntas e de ser servidora pública. Este trabalho é nosso!

“Há muitas pessoas de visão perfeita que nada veem...

O ato de ver não é coisa natural.

Precisa ser aprendido.”

Rubem Alves

RESUMO

O presente trabalho intitulado "Proposta de Programa de Acompanhamento de Surdos Egressos dos Cursos Técnicos do IF Baiano" busca responder ao seguinte problema: Quais as contribuições que uma proposta de acompanhamento de surdos egressos dos cursos técnicos do IF Baiano pode trazer para a inclusão desses indivíduos no mundo do trabalho? Para tanto, o estudo tem como objetivo geral desenvolver uma proposta de acompanhamento desses egressos, e como objetivos específicos, refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos surdos ao ingressarem no mundo do trabalho, analisar a complexa relação entre empregadores e profissionais com surdez, e propor um programa de acompanhamento para o IF Baiano. No contexto do ProfEPT e da Educação Profissional e Tecnológica, o estudo adota uma abordagem autobiográfica, explorando as barreiras atitudinais que dificultam a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente profissional. Estas barreiras, muitas vezes inconscientes, se manifestam em atitudes e comportamentos que limitam as oportunidades de participação e o desenvolvimento das pessoas com deficiência. A superação dessas barreiras é importante para a promoção de um ambiente de trabalho mais inclusivo, inovador e equitativo. Como resultado, espera-se que o produto educacional desenvolvido neste estudo contribua para a criação de práticas inclusivas que valorizem as habilidades e competências das pessoas surdas, promovendo sua plena inclusão no mundo do trabalho.

Palavras-Chave: Inclusão. Educação Profissional. Surdez. Mundo do Trabalho. Egressos.

ABSTRACT

The present work, titled "Proposal for a Follow-up Program for Deaf Graduates from IF Baiano's Technical Courses," seeks to address the following problem: What contributions can a follow-up proposal for deaf graduates from IF Baiano's technical courses bring to their inclusion in the workforce? Therefore, the study's general objective is to develop a follow-up proposal for these graduates, and its specific objectives are to reflect on the challenges faced by the deaf when entering the workforce, analyze the complex relationship between employers and professionals with hearing impairments, and propose a follow-up program for IF Baiano. Within the context of ProfEPT and Professional and Technological Education, the study adopts an autobiographical approach, exploring the attitudinal barriers that hinder the inclusion of people with disabilities in the professional environment. These barriers, often unconscious, manifest in attitudes and behaviors that limit opportunities for participation and development of people with disabilities. Overcoming these barriers is crucial for promoting a more inclusive, innovative, and equitable work environment. As a result, it is expected that the educational product developed in this study will contribute to the creation of inclusive practices that value the skills and competencies of deaf individuals, promoting their full inclusion in the workforce.

Keywords: Inclusion. Professional Education. Deafness. Workforce. Graduates.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
CAPI – Centro de Apoio Pedagógico de Ipiaú - BA
CEI – Colégio Estadual de Ipiaú
CF – Constituição Federal da República de 1988
CNH – Carteira Nacional de Habilitação
CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito
CONSUP/IF Baiano – Conselho Superior do Instituto Federal Baiano
CORDE – Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência
COVID-19 – Doença causada pelo SARS-CoV-2
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
Febrapils – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais
FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF Baiano – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
LBI – Lei Brasileira de Inclusão
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Libras – Língua Brasileira de Sinais
NAGP – Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas
NAMES – Núcleo de Apoio ao Adolescente sob Medidas Socioeducativas
NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NAPRA – Núcleo de Apoio, Prevenção e Ressocialização de Adictos
NAPSI – Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial
NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NECT – Núcleo de Estudos de Comunidades Tradicionais
NEDS – Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual
NEIM – Núcleo de Estudos de Inclusão da Mulher
NEITI – Núcleo de Educação e Inclusão da Terceira Idade
NEPA – Núcleo de Educação para Apenados

NESC – Núcleo de Educação para a Sustentabilidade do Campo

NUPPI – Núcleo de Planejamento e Parcerias Institucionais

PAA – Planejamento de Ações Anual

PAE – Programa de Acompanhamento de Egressos

PAPNE – Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEDH – Programa de Educação em Direitos Humanos

PEDI – Política de Equidade, Diversidade e Inclusão do IF Baiano

PIBIEX – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão

PIJAEP – Programa de Inclusão do Jovem e Adulto na Educação Profissional

PROAP – Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico

PRO-COTAS – Programa de Cotas

PROEX/CPPEX/IFBAIANO – Pró-reitoria de Extensão / Coordenação de Projetos de Extensão do IF Baiano

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PROLIBRAS – Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa

TILSP – Tradutores e Intérpretes de Libras/Português

TILS – Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
3 METODOLOGIA	39
4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES).....	41
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	61
6 CONCLUSÕES (CONSIDERAÇÕES FINAIS)	67
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL.....	77

1 INTRODUÇÃO

*Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochilei
(A Estrada – Bino Farias, Lazao, Paulo Gama, Toni Garrido)*

O meu interesse pelas questões relacionadas ao surdo e a comunidade surda¹ manifestou-se quando eu ainda cursava o ensino médio e tive o privilégio de conviver com uma colega surda - uma experiência marcante que modificou minha trajetória. Desse contato surgiu minha paixão pela Língua Brasileira de Sinais – Libras – e pelas questões sociais que a envolve. Nesse período, além do empenho em fazer cursos voltados para o aprendizado dessa nova língua, a sua aquisição se deu de forma mais intensa na relação diária com os surdos usuários da língua de sinais.

Usaremos aqui o termo surdo como o que preconiza o Decreto Federal nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), regulamentada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), a qual define o conceito de "surdo" como aquele que, devido à perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, incluindo o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Além disso, o referido decreto também estabelece critérios específicos para definir a deficiência auditiva com base nos níveis de perda aferidos por audiograma.

Especificamente sobre a Libras, esta é uma língua gestual utilizada pela comunidade surda em todo o Brasil para se comunicar. Conforme afirma Gesser (2009), ela não é universal, pois cada país tem a sua própria língua de sinais. Isso significa que existem muitas línguas de sinais diferentes em todo o mundo, assim como existem muitas línguas faladas diferentes nos diferentes países: nos Estados Unidos há a Língua Americana de Sinais (ASL), no Japão há a língua japonesa de sinais (JSL), na França há a Língua Francesa de Sinais (LSF) e assim por diante.

¹ Comunidade Surda: todo o contexto que envolve o cotidiano dos surdos, como família, escola, professores, amigos, entre outros.

No Brasil, a Libras foi regulamentada através da Lei de nº10.436/2002 (Brasil, 2002), a reconhecendo como meio legal de comunicação e expressão dos surdos no nosso país, mas o seu surgimento enquanto língua remota há séculos atrás. Há registros históricos de sistemas de sinais usados por comunidades surdas em várias partes do mundo, incluindo a Grécia antiga e a Roma antiga, quando estas comunidades começaram a desenvolver sistemas gestuais para se comunicarem entre si. Segundo Strobel (2009), na Grécia, os surdos eram considerados incapazes e incômodos para a sociedade; por isto, eram condenados à morte e aqueles que sobrevivessem, viviam miseravelmente como escravos ou abandonados.

Para Egito e Pérsia, os surdos eram considerados como criaturas privilegiadas, enviados dos deuses, porque acreditavam que eles comunicavam em segredo com os deuses. Havia um forte sentimento humanitário e respeito, protegiam e tributavam aos surdos a adoração, no entanto, os surdos tinham vida inativa e não eram educados (Strobel, 2009, p.18)

No século XVIII, o educador francês Abbé de L'Épée desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da língua de sinais. Ele trabalhou com crianças surdas em Paris e desenvolveu um sistema baseado em gestos que permitia a essas crianças se comunicarem de forma eficaz. Este educador fundou 21 escolas para surdos na França e na Europa até sua morte em 1789 (Strobel, 2009).

No início do século XIX, Thomas Gallaudet, um educador dos Estados Unidos, mudou-se para a França e estudou o sistema de sinais de L'Épée. Ele trouxe esse conhecimento de volta aos Estados Unidos e fundou a escola para surdos americanos em Hartford, Connecticut, juntamente com o surdo francês Laurent Clerc. Isso levou ao desenvolvimento da Língua de Sinais Americana (ASL), que é uma das línguas de sinais mais conhecidas e extremamente usadas hoje (Strobel, 2009).

Em 1855, Eduardo Huet chega ao Brasil – professor surdo com experiência e mestrado em Paris – para atuação no Imperial Instituto dos Surdos-Mudos fundado por Dom Pedro II em 26 de setembro de 1857. Atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), é uma instituição importante na história da educação para surdos no Brasil. O INES é considerado a primeira escola para esta parcela específica da população no Brasil e uma das primeiras das Américas.

O INES tem desempenhado um papel significativo na educação e inclusão de pessoas surdas ao longo dos anos. É uma instituição de referência no ensino de língua de sinais, bem como em programas de educação para surdos. Além disso, tem contribuído para a pesquisa e promoção da cultura surda no Brasil. Importante salientar que a instituição tem oferecido oficinas extracurriculares e preparatórias para a inclusão do surdo no mundo do trabalho, além de cursos profissionalizantes, desde o início de sua atuação (Rocha, 2008; Albres, 2010, Viana, 2010).

Hoje, as línguas de sinais são reconhecidas como línguas naturais com suas próprias estruturas linguísticas, de modalidade visuoespacial e culturas associadas. Elas desempenham um papel fundamental na comunicação e na vida das comunidades surdas em todo o mundo, e têm sido cada vez mais reconhecidas e valorizadas como parte importante da diversidade linguística e cultural global.

Voltando para os aspectos que permeavam minha relação com o surdo e a comunidade surda, durante o período em que eu vivenciava a minha adolescência, estávamos começando os diálogos sobre o respeito e a empatia pelo sujeito “diferente”, e ainda eram muito escassos os profissionais que ensinavam a Libras. Essa falta de profissionais pode ser considerado um problema ainda na atualidade, pois, conforme a pesquisa de Mariot et al. (2023), ainda há falta destes especialistas nas instituições de ensino, o que dificulta o processo de formação dos estudantes.

A formação de intérpretes de Libras no Brasil é um processo importante para garantir a inclusão e a acessibilidade das pessoas surdas em diversos contextos como educação, saúde, trabalho, eventos públicos, entre outros. Isso por que, segundo a Lei 10.436 de 2002 (Brasil, 2002), regulamentada pelo Decreto nº. 5.626/2005 (Brasil, 2005), é garantido o direito dessa comunidade a uma educação bilíngue e o acesso à Informação (Lacerda 2014). Assim, a formação de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) em nosso país passou por uma série de desenvolvimentos ao longo dos anos, resultando em programas educacionais que vem se estruturando ao longo do período. Na atualidade, a formação é realizada em instituições de ensino superior, em cursos específicos de Letras/Libras, que é a graduação em língua de sinais brasileira, ou em cursos de tradução e interpretação em Libras/Língua Portuguesa oferecidos por instituições diversas.

Após concluir a formação acadêmica, os intérpretes de Libras poderiam buscar a certificação por meio de exames específicos. Até 2005, isso seria possível por meio do Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras

e Língua Portuguesa (PROLIBRAS) ou exames administrados por associações profissionais (Brasil, 2005). Na atualidade, é possível buscar esta certificação por meio de quaisquer associações e instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação.

Além disso, existem associações profissionais², como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils), que desempenham um papel importante na promoção de padrões éticos e na representação de interesses dos TILS e surdos no Brasil.

Ao longo da história, a formação de TILS no Brasil enfrentou e enfrenta desafios, incluindo a necessidade de aumentar o número de profissionais especializados para atender à demanda crescente por serviços de interpretação em Libras. Além disso, a inclusão efetiva de intérpretes nas instituições educacionais e em outros ambientes é uma preocupação constante. (Quadros, 2004).

De qualquer forma, na ocasião em que eu estava concluindo o ensino médio, fui convidada para ministrar aulas de Libras para a educação infantil no turno oposto ao qual eu estudava – embora minha formação tivesse sido realizada em um curso de curta duração, mas tinha conhecimento e fluência em razão das minhas experiências vividas. Este foi um momento de construção, aprendizado e evolução na minha forma de conviver com a diversidade.

Nesse período, estava sendo sancionada a Lei nº10.436 de 2002 (BRASIL, 2002), a qual dispôs sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – como meio legal de comunicação e expressão dos surdos. Essa Lei foi um marco para a comunidade surda, pois passou a reconhecer que estes cidadãos possuem um sistema linguístico de natureza diversa da oralidade, com estrutura própria, e que isso não os impede de participar da vida em sociedade.

A língua de sinais é uma língua natural para a comunidade surda. Isso significa que ela é a principal forma de comunicação utilizada por muitas pessoas surdas em todo o mundo. As línguas de sinais são línguas distintas das línguas orais, contando com gramática, vocabulário e estrutura próprios, que evoluíram naturalmente nas comunidades surdas ao longo do tempo. Elas são tão complexas e

² No estado da Bahia há a Associação Baiana de Tradutores e Intérpretes de Libras – ABATILS.

expressivas quanto as línguas faladas (Ferreira, 2010; Quadros, 2007; Gesser, 2009).

A compreensão de que a língua de sinais é a língua natural dos surdos é importante porque ajuda a reconhecer a validade e a dignidade dessa língua, bem como a identidade linguística e cultural das comunidades surdas. O reconhecimento da língua de sinais como uma língua natural é fundamental para promover a igualdade e a inclusão das pessoas surdas em nossa sociedade.

A Libras é uma língua de sinais utilizada e reconhecida pela comunidade surda no Brasil. Tal reconhecimento se baseou nos estudos descritivos de William Stokoe na década de 1960 sobre a estrutura linguística da ASL. Este linguista americano apontou a existência de três parâmetros (aspectos linguísticos) que constituem os sinais na gramática ASL, e nomeou-os como Configuração de Mão (CM), Ponto de Articulação (PA) e Movimento (M). Mais tarde, na década de 1970, Robbin Battison, Edward S. Klima e Úrsula Bellugi conduziram estudos mais aprofundados sobre a gramática da ASL, que levaram à compreensão da Orientação da Palma da Mão como o quarto parâmetro e as Expressões não Manuais (Faciais) como o quinto (Gesser, 2009).

Com esses parâmetros e a análise dos mesmos - Configuração de Mão, (CM) Ponto de Articulação (PA), Movimento (M), Orientação da Palma (O), Expressões não Manuais (Faciais) -, percebemos que as línguas orais e as línguas de sinais são similares em seu nível estrutural. Segundo Gesser, (2009, p.18),

A partir da análise desses parâmetros, podemos perceber que as línguas orais e as línguas de sinais são similares em seu nível estrutural, ou seja, são formadas a partir de unidades simples que, combinadas, formam unidades mais complexas. Como observa Noam Chomsky, todas as línguas funcionam como sistemas combinatórios discretos: "Sentenças e frases são construídas de palavras; palavras são construídas a partir de morfemas; e morfemas, por sua vez, são construídos a partir de fonemas".

Segundo Ferreira (2010), é possível descrever os aspectos linguísticos da Libras como fonológicos, morfossintáticos, semânticos e o pragmático. Assim,

As Línguas de sinais têm todas as características linguísticas de qualquer língua humana natural. É necessário que nós, indivíduos de uma cultura de língua oral, entendamos que o canal comunicativo diferente (visual-gestual) que os surdos usam para se comunicar não anula a existência de uma língua tão natural, complexa e genuína como a língua de sinais (Gesser, 2009, p.21).

Portanto, em razão de todos estes estudos sobre a Libras e a inclusão do surdo que empreendi durante minha vida, a trajetória profissional que se desenhava à minha frente e minha carreira foi sendo norteadas pelas questões inclusivas e as vivências com a comunidade surda, já que nesse período as problemáticas que mais me inquietavam era sua autonomia, sua participação nos espaços e como promover a inclusão desses indivíduos na sociedade.

Ao iniciar como servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) em 2015 no cargo de tradutora e intérprete de Libras, sempre busquei estar ligada ao núcleo de Diversidade e Inclusão e ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, desenvolvendo projetos voltados para a difusão da Libras e a autonomia da pessoa surda. E foi por meio desta prática diária do meu ofício, que os impasses relacionados a importância de se ter um programa específico para egressos surdos gerou minha inquietação. Esta minha percepção se deu durante o acompanhamento dos alunos surdos para a realização de seus estágios.³

Dessa forma, ao acompanhar os alunos com surdez em seu estágio curricular, observei algumas situações que me causaram inquietação e desconforto, e que me motivaram a pesquisar/ investigar mais sobre os elementos que provocaram este fenômeno. Sendo a maioria dessas situações, momentos em que os sujeitos surdos foram tratados de forma inadequada por alguns colegas de trabalho em razão de sua deficiência auditiva. De acordo com Mendes (2001 *apud* TANAKA; MANZINI, 2005) e Omote (2001 *apud* TANAKA; MANZINI, 2005), a maneira como os indivíduos concebem a deficiência pode influenciar na maneira como se relacionam com os sujeitos considerados diferentes. Assim, se concebem a deficiência como algo que diminui o outro, pode ser que venha a tratar a pessoa com deficiência – como um sujeito de pouca relevância, como alguém menos importante.

Sobre isso, Omote (1996) ainda nos apontou que esta percepção que a sociedade pode ter sobre as pessoas com deficiência se constroem com base no foco que é dado nas questões orgânicas da deficiência, fazendo com que não percebam suas potencialidades e necessidades. Desta forma, quando as pessoas

³ Importante salientar que os momentos nos quais eu acompanhei os alunos surdos em seus estágios serviram para minha reflexão sobre a inclusão de surdos no mundo do trabalho. Portanto, os estágios em si não são objeto deste estudo.

com deficiência ingressam no mundo do trabalho, caso ocorra algum insucesso, este acaba sendo compreendido como um problema deste indivíduo, e não do sistema e dos sujeitos envolvidos na realização do trabalho.

Para Viana (2010), apesar da abordagem voltada para a inclusão no ambiente de trabalho com a Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991), conhecida como “Políticas de Cotas” – a qual estabeleceu e garantiu um percentual de vagas a serem ocupadas pelas pessoas com deficiência nas empresas - a efetividade desta lei enfrenta desafios discutidos por vários setores da área, sendo um dos temas mais destacados a falta de profissional com deficiência. Para muitos especialistas, essa questão delicada destaca a necessidade de promover debates sobre competência e empregabilidade, especialmente direcionados à comunidade surda.

Ainda no contexto da inclusão das pessoas com deficiência, no mundo do trabalho e as barreiras enfrentadas nestes ambientes, Brito (2020), citando Carvalho (2014), afirmou que são identificadas várias barreiras, incluindo aquelas de natureza atitudinal. Essas barreiras atitudinais referem-se a comportamentos ou posturas fundamentadas em fenômenos emocionais, afetivos e sociais que se manifestam nas interações entre indivíduos. Elas representam predisposições desfavoráveis por parte de uma ou mais pessoas em relação às outras. Desta forma, as barreiras atitudinais surgem como obstáculos que, consciente ou inconscientemente, emanam de indivíduos, limitando assim as oportunidades de participação e o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das pessoas com deficiência. Portanto, o questionamento sobre a qualificação profissional das pessoas com deficiência, sobre suas habilidades e capacidades, somadas às questões atitudinais dos colegas e companheiros de trabalho podem estar por trás de muitas situações de segregação e preconceito no mundo do trabalho.

Assim, o comportamento inadequado destes colegas pode ser reflexo de suas concepções sobre o ingresso do surdo no mundo de trabalho, indicando que há uma lacuna no processo de formação de todos os envolvidos. Com base nestas questões, a presente pesquisa tem como objeto o desenvolvimento de uma Proposta de Programa de Acompanhamento de Egressos Surdos do IF Baiano, a fim de oferecer condições para que o aluno que finaliza sua formação possa vir a participar das relações que se estabelecem em seu local de trabalho, ao passo que também oferece orientações para que a empresa possa preparar seus funcionários e seu ambiente para que o sujeito surdo possa ser incluído.

Com base no exposto, o presente estudo se orientou pelo seguinte problema: Quais as contribuições que uma Proposta de Acompanhamento de Surdos Egressos dos Cursos Técnicos do IF Baiano pode trazer para a inclusão destes sujeitos no mundo do trabalho? E em atendimento ao questionamento proposto, teve como objetivo geral desenvolver uma proposta de um programa de acompanhamento de egressos surdos para o IF Baiano. Como objetivos específicos, o presente estudo buscou refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos surdos para entrar no mundo de trabalho; perceber a complexa relação entre o empregador e o profissional com surdez; e analisar os documentos institucionais em relação ao acompanhamento dos egressos surdos.

Diante do desafio constante da inclusão de pessoas surdas no mundo do trabalho, torna-se imperativo refletir sobre a necessidade urgente de superar barreiras que impedem a plena participação desses indivíduos. A inclusão não se resume apenas ao acesso físico e tecnológico, mas exige uma mudança profunda nas atitudes e práticas sociais. Neste contexto, é fundamental reconhecer que a diversidade enriquece os ambientes profissionais, proporcionando um espaço mais inovador e equitativo, onde as habilidades e contribuições das pessoas surdas sejam valorizadas e respeitadas, promovendo, assim, uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No âmbito do mundo do trabalho, a questão da inclusão das pessoas com deficiência tem sido objeto de crescente interesse e debate. A promoção da diversidade e a garantia de oportunidades equitativas para todos os membros da sociedade são princípios fundamentais para a construção de ambientes profissionais mais justos e produtivos.

Neste referencial teórico, exploraremos as complexidades envolvidas na inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, com foco especial nas barreiras enfrentadas e nas estratégias propostas para assegurar uma participação plena e significativa.

Analisaremos as dimensões atitudinais, estruturais e políticas que moldam o cenário laboral para pessoas com deficiências, destacando a importância da conscientização, acessibilidade e políticas inclusivas. Ao desbravar essas subseções, buscamos não apenas compreender os desafios enfrentados por essa população, mas também identificar e discutir soluções eficazes que visam construir um ambiente de trabalho verdadeiramente inclusivo.

Abordaremos na primeira sessão o trabalho e a formação do homem, levando em consideração o trabalho como princípio educativo na EPT. Na segunda sessão, intitulada A construção dos direitos da pessoa surda no Brasil, contextualizaremos o percurso histórico dos surdos em nosso país a partir da perspectiva da minha trajetória pessoal e profissional, finalizando com a sessão O surdo e o direito ao trabalho, apresentando um pouco esse cidadão e seu acesso, permanência e equidade no mundo do trabalho.

6.1 – O trabalho e a formação do homem

A compreensão do trabalho como uma ferramenta é fundamental no processo educativo, pois destaca a capacidade humana de proporcionar aprendizado prático, desenvolvimento de habilidades e formação de uma compreensão mais profunda do mundo ao nosso redor. O trabalho como princípio educativo é frequentemente discutido por diversos autores ao longo da história. Essa abordagem destaca a ideia de que o trabalho não é apenas uma atividade produtiva, mas também um meio essencial de aprendizado e desenvolvimento humano.

O educador brasileiro Paulo Freire é conhecido por sua abordagem pedagógica centrada no aluno. Na relação entre aprendizagem e trabalho, Freire argumentava que o labor deveria ser uma parte integrante do processo educacional, proporcionando aos alunos uma compreensão prática do mundo ao seu redor. Segundo ele, como acontece uma ação transformadora do professor para com seus alunos nos momentos de interação, há a formação necessária para o mundo do trabalho na relação entre a atividade laboral e aprendizagem. Para Freire (1996, p. 33), “Educar é substantivamente formar”.

Colaborando com essa argumentação, o texto O Trabalho como Princípio Educativo no Projeto de Educação Integral de Trabalhadores – Excertos, de autoria de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), aborda a relação entre trabalho e educação no contexto de um projeto de Educação Integral de Trabalhadores. Segundo eles, “O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida [...]” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 63). Ainda segundo os autores,

SAVIANI (1989) afirma que o trabalho pode ser considerado como princípio educativo em três sentidos diversos, mas articulados entre si. Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 66)

O texto aborda como o trabalho pode ser incorporado como um princípio educativo, destacando a importância de integrar a formação educacional com as experiências laborais. Isso pode envolver considerações sobre como a educação pode preparar os trabalhadores para os desafios do mundo de trabalho, promovendo o desenvolvimento de habilidades práticas e críticas, e contribuindo para uma compreensão mais holística da relação entre trabalho e aprendizado.

Outro ponto a se discutir é a visão de Marx sobre a formação do homem. Manacorda (2011) explorou as ideias deste pesquisador sobre a importância do trabalho na formação do ser humano, destacando como ele viu o trabalho não apenas como uma atividade econômica, mas como uma atividade que molda a consciência e a identidade humanas.

Até este ponto, ao falar da tradição pedagógica comunista, encontramos os temas tipicamente comunistas da relação entre ensino e trabalho. Agora os encontraremos plenamente entrelaçados com os temas liberais da relação

entre ensino e liberdade, ambos presentes em Marx em plena sintonia com o ideário do liberalismo (Manacorda, 2011, p. 06).

Manacorda (2011) analisou como Marx concebeu o trabalho como uma atividade criativa e transformadora, capaz de desenvolver as habilidades e potenciais humanos. Além disso, também examinou como o citado pesquisador via a relação entre trabalho, alienação e emancipação humana, argumentando que a emancipação só é possível quando os seres humanos têm controle sobre o processo de produção e as condições de trabalho. Ademais, de acordo com Manacorda (2011, p. 11),

Quanto à relação instrução-trabalho, há, preliminarmente, uma breve declaração de 10 de agosto em que ele declara: “Pelo que se refere à circunstância que as crianças não deveriam ser introduzidas no trabalho, uma coisa é certa: isto não traria a diminuição dos salários e as pessoas se habituariam” (W. 16, p. 563). O trabalho de fábrica é uma realidade mesmo que as pessoas ainda não estivessem habituadas. Para Marx, realista e não utópico, isso contribui para o desenvolvimento completo de uma personalidade capaz de operar com o pensamento e com as mãos, ou seja, de associar cultura e trabalho.

Manacorda (2011) também discutiu a crítica de Marx à divisão do trabalho capitalista e sua visão de uma sociedade comunista onde o trabalho seria uma atividade livre e auto expressiva. O autor enfatizou a relevância contínua das ideias de Marx sobre a formação do homem e sua contribuição para repensar as relações entre trabalho, educação e emancipação humana na contemporaneidade.

Dessa forma, é crucial reconhecer a importância da inclusão do surdo no mundo do trabalho como um passo fundamental rumo à emancipação individual e coletiva. A inclusão laboral não apenas proporciona meios de subsistência, mas também promove a participação ativa na sociedade e contribui para a construção de uma cultura mais diversificada e inclusiva (Johnson, 2020).

A associação do surdo ao mundo do trabalho também não se limita apenas à geração de renda, mas também é essencial para o desenvolvimento integral do sujeito. O trabalho oferece oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais, além de promover a autoestima e a autonomia. De acordo com a Leite (2019), a essência do ser humano não reside simplesmente em existir. É necessário que o indivíduo exercite suas convicções e valores, convivendo

com liberdade e igualdade com seus semelhantes, para que sua dignidade seja respeitada na sociedade em que vive.

Ao incluir o surdo no ambiente de trabalho, não apenas estamos proporcionando meios de sustento, mas também estamos promovendo a consciência e a valorização das capacidades individuais. Por meio do trabalho, o surdo pode desenvolver habilidades de comunicação, colaboração e liderança, contribuindo ativamente para o crescimento e o desenvolvimento da empresa.

Quando abordamos exemplos de vivências que destacam a importância da inclusão do surdo no mundo do trabalho, percebemos que as empresas se tornam inclusivas quando adotam políticas de inclusão ativa de pessoas com deficiência, incluindo o surdo, demonstrando o compromisso com a diversidade e promovendo um ambiente de trabalho mais acolhedor e equitativo. De acordo com as minhas vivências enquanto intérprete de Libras, quando os ouvintes passam a conhecer alguns sinais e percebem que podem se comunicar com os colegas de trabalho que são surdos, o ambiente da empresa se torna mais acolhedor e o surdo se sente parte da equipe.

As narrativas de surdos que alcançaram sucesso profissional em diferentes áreas mostram que a deficiência auditiva não é uma barreira intransponível para o sucesso no mundo do trabalho. Dentre tantos profissionais surdos que venceram (e ainda enfrentam) barreiras significativas, podemos citar a professora doutora Mariana de Lima Isaac Leandro Campos – docente na Universidade Federal de São Carlos, o professor mestre Leandro Viturino dos Santos – docente na Universidade Estadual do Sudeste da Bahia, a professora doutora Francielle Cantarelli Martins – docente na Universidade Federal de Pelotas, o professor mestre Bruno Pierin Ernsen – professor mestre na Universidade Federal da Bahia, Igor Rocha – artista circense (palhaço surdo), Millie Simmonds – atriz americana vencedora do *Critic's Choice Movie Awards* em 2019, entre outros.

Portanto, a inclusão do surdo no mundo do trabalho não só é uma questão de justiça social. É uma questão de dignidade humana. Ademais, também é fundamental que todos tenham acesso aos recursos necessários para seu desenvolvimento pessoal e que lhe seja permitido participar dos espaços de atuação coletiva.

6.2 – A construção dos direitos da pessoa surda no Brasil

Uma sociedade inclusiva perpassa por vários caminhos e as leis são de grande importância para nortear essa estrada. Ao tentarmos entender essa construção de direitos da pessoa surda no Brasil, começaremos por nossa base, a Constituição Federal da República de 1988 – CF – (BRASIL, 1988), a qual assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça a todos os cidadãos brasileiros. De acordo com Leite (2019), a CF marcou um processo de redemocratização do Estado Brasileiro de forma mais avançada em relação ao direito ao trabalho e garantias fundamentais para a vida. E foi a partir dela que outras leis, decretos, resoluções e portarias foram promulgadas para a inclusão dos surdos.

Aproximadamente um ano após a promulgação da Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988), o Conselho Nacional de Trânsito- CONTRAN, apresentou na Resolução de nº 734 de 1989 (BRASIL, 1989) os direitos dos surdos para obterem a sua Carteira Nacional de Habilitação - CNH. Mesmo assim, até os dias atuais, é muito raro encontrarmos autoescolas que tenham profissionais capacitados para atender os clientes surdos.

Em outubro do mesmo ano, a Lei nº7.853/1989 (BRASIL, 1989) foi a responsável pela criação da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE). Essa coordenadoria se tornou um marco importante no apoio às pessoas portadoras de deficiência⁴ e sua integração⁵ social, assegurando o pleno exercício dos direitos individuais e sociais e tendo como valores básicos a igualdade de tratamento e oportunidade, a justiça social, o respeito à dignidade da pessoa humana, o bem-estar, e os demais valores indicados na CF ou justificados pelos princípios gerais do direito (BRASIL, 1989).

Outro marco na legislação para a pessoa com surdez no Brasil foi a Lei de nº 8.160 de 1991 (BRASIL, 1991), a qual dispõe dos símbolos usados para as pessoas com deficiência a qual permite sua identificação. Tal legislação agregou muito frente à comunidade surda ao colocar de forma visível o Símbolo Internacional de Surdez em todos os locais que possibilitassem o acesso, a circulação e utilização por

⁴ Terminologia utilizada na época da promulgação da referida lei.

⁵ Terminologia utilizada na época da promulgação da referida lei.

peessoas portadoras de deficiência auditiva⁶, chamando a atenção para a visibilidade desses cidadãos em nossa sociedade.

Anos depois foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - Lei nº 9394/1996 – a qual previu que a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar e na convivência humana, garantindo que a educação escolar esteja vinculada ao mundo do trabalho e a prática social (BRASIL,1996).

Esta citada lei também garante o desenvolvimento do educando ao assegurar a formação comum e indispensável para o exercício da cidadania e que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular para atender às peculiaridades daqueles que venham a necessitar. Para tanto, afirma que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento⁷ e altas habilidades/superdotação

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

Isso significa que, a partir da promulgação da LDBEN, o atendimento educacional dos alunos com deficiência deveria observar todas as suas necessidades a fim de garantir seu pleno desenvolvimento. Para os alunos surdos, isso significou que os sistemas de ensino deveriam se atentar para as suas necessidades de aprendizagem e buscar formas de satisfazê-las.

Ainda sobre a educação dos surdos, no que diz respeito aos cursos e credenciamento de instituições, a Portaria de nº 1.679 de 1999 (BRASIL, 1999) trata

⁶ Terminologia utilizada na época para a identificação das pessoas com surdez.

⁷ Terminologia utilizada na época da promulgação da referida lei. Atualmente a termo utilizado é Transtornos do Espectro Autista – TEA.

sobre as instruções para os processos que autorizam e reconhecem os requisitos de acessibilidade para pessoas que são portadoras de deficiência⁸. É importante salientar as seguintes instruções desta portaria em relação aos alunos surdos:

Para alunos com deficiência auditiva:

Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo: - quando necessário, intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; - flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; - aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita (para uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); - materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos (BRASIL, 1999).

Esta portaria ressaltou os cuidados que as instituições deveriam ter a fim de garantir a acessibilidade dos alunos surdos. Embora eu fosse criança nesta época, foi neste período que eu tive meu primeiro contato com minha colega surda. Lembro que não havia intérpretes – apesar do recorte acima indicar que os sistemas de ensino deveriam proporcionar –nem outro profissional de apoio, fazendo com que ela ficasse isolada na maior parte do tempo. Ela não recebia ajuda dos professores, fazendo com que fosse apenas uma aluna copista. Seu isolamento nos momentos de intervalo marcou minha memória, pois ela se sentava sozinha mesmo nos momentos de maior efervescência das brincadeiras. Ela também era mais velha que as demais crianças de sua turma, o que provavelmente colaborava para seu isolamento em razão do desinteresse dos colegas por uma criança mais velha.

Neste período, os alunos mais velhos e que já haviam repetido eram alocados nas turmas B enquanto os alunos mais jovens e com rendimento melhor eram alocados nas turmas A. A heterogeneidade das turmas só era proposta a partir do Ensino Médio. Desta forma, eu só me tornei colega de turma dela quando começamos a fazer juntas o primeiro ano do Ensino Médio em uma escola estadual. O ano era 2002 – ano em que foi promulgada a chamada Lei da Libras, que comentaremos mais à frente.

Ainda em 1999, o Decreto de nº 3.298/1999 (BRASIL, 1999) visou regulamentar a Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 (BRASIL, 1989) e instituiu a

⁸ Terminologia utilizada na época.

Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência⁹. Este documento também descreveu quais são as deficiências e suas características com a finalidade de garantir o atendimento das necessidades dos sujeitos, ampliando suas alternativas de inserção econômica, proporcionando qualificação profissional e incorporação no mundo do trabalho, garantindo o efetivo atendimento sem o cunho assistencialista.

Foi também neste período, que comecei a frequentar ambientes comuns à comunidade surda, principalmente os ambientes religiosos. Nestes espaços, o cunho assistencialista era muito forte, como o acompanhamento a consultas médicas, entrega de cestas básicas aos surdos da comunidade, entre outras ações. Havia na igreja até mesmo um ministério para os surdos, nos quais eles poderiam participar de cursos de evangelização, promover arrecadações para participação em eventos, visitar outras comunidades da mesma religião, conhecer surdos que ocupavam cargos em suas comunidades religiosas, entre outros eventos.

De acordo com Silva (2012), a religiosidade tem relação direta com a comunidade surda e contribuiu de maneira significativa para a construção de sua identidade e para a compreensão mais profunda de sua cultura. O autor afirma ainda que nos ambientes religiosos, além da comunidade surda poder expressar sua fé, eles permitem um senso de pertencimento que muitas vezes os surdos não encontram no mundo ouvinte. Silva (2012) também afirmou que compreender a importância da religiosidade nesse contexto pode ajudar a entender a valorização e inclusão da cultura surda em geral.

De fato, corroborando Silva (2012), cada vez que nos encontrávamos em nossa comunidade religiosa, também era uma forma de promovermos o contato social, o momento de uso da língua e oportunidades de dialogar, contar as experiências e dificuldades enfrentadas em razão do uso da Libras.

No ano 2000, a Lei nº 10.098/2000 foi uma conquista importante para a comunidade surda, pois esta assegura normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas portadoras¹⁰ de deficiência ou mobilidade reduzida que garantem a acessibilidade em espaços públicos e privados, bem como nos transportes e nas comunicações. (BRASIL,2000)

⁹ Termo utilizado no período para se referir às pessoas com deficiência.

¹⁰ Termo utilizado no período para se referir às pessoas com deficiência.

Foi nesse mesmo ano de 2000, que o Centro de Apoio Pedagógico de Ipiaú - BA – CAPI – foi criado. Segundo o seu Projeto Político Pedagógico, salas de atendimento aos alunos com deficiência foram criadas sob a denominação de Sala de Apoio Pedagógico – SAP - destinado a “prestar apoio pedagógico” aos alunos com necessidades educacionais do município de Ipiaú (CAPI, 2018).

A SAP funcionava nessa época no Colégio Estadual de Ipiaú (CEI), o mesmo o qual eu estudava, e atendia uma média de 130 alunos com faixa etária entre 06 e 22 anos. Foi um trabalho pioneiro na cidade, iniciado pela Professora Jorgina de Cássia Tannus de Souza e tinha a finalidade de possibilitar a inclusão das turmas no ensino regular prestando o apoio pedagógico as pessoas com deficiência (CAPI,2018)

Foi com esse intuito que naquela época, ainda adolescente, iniciamos um curso de Libras oferecido pela professora Jorgina de Cássia da SAP para os colegas da aluna surda. O curso foi oferecido no turno oposto ao qual estudávamos e recordo que além do curso, era nos intervalos que a aquisição da Libras se dava de forma leve no contato com os outros surdos que eram atendidos ou frequentavam a sala. Naquela época, iniciando o ensino médio, o aprendizado de Libras como segunda língua foi o divisor de águas em minha vida. Aqueles momentos de encontros fortaleciam o contato e o aprendizado da Libras se consolidava.

De uma certa forma, podemos dizer que a Lei nº 10.098/2000 (BRASIL, 2000) foi fortalecida pela Lei nº13.146/2015 (BRASIL, 2015) - a qual retomaremos mais à frente - ao determinar os critérios de acessibilidade, apontar a importância da comunicação na interação dos cidadãos (inclusive no uso da Libras), reafirmar a necessidade de eliminar as barreiras ou qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão e à circulação com segurança.

Importante destacar que o município de Ipiaú, onde eu vivia, já começava a dar os primeiros passos rumo a efetivação dos direitos e equidade frente aos alunos com deficiência. Mesmo não possuindo os intérpretes de Libras nesse momento, o apoio pedagógico já começava a se instalar bem como a sensibilização frente aos colegas para o direito e permanência nos espaços escolares e nos diversos ambientes sociais.

Aproximadamente dois anos depois e após muita luta, os surdos conquistaram o reconhecimento da Libras por meio da Lei de nº 10.436/2002 (BRASIL, 2022). Essa é uma das leis mais importantes dentro da comunidade surda, pois foi a partir dela que a Libras foi efetivamente entendida como a forma de comunicação e expressão das pessoas surdas, esclarecendo que se trata de um sistema linguístico que é de natureza visual-motora – o que faz toda diferença frente aos ouvintes e seu sistema linguístico oral-auditivo (BRASIL,2002).

Segundo Albres (2010), a Libras é essencial para o desenvolvimento do sujeito surdo (cognitivo, linguístico e psicossocial) além de garantir a sua inclusão na comunidade. Porém, mesmo com esse reconhecimento da Libras, tal conquista ainda não garante a mudança de posicionamento de familiares, sociedade, e de educadores, pois se faz necessário vencer o paradigma do capacitismo¹¹ em relação a pessoa surda para que essa tomada de consciência aconteça.

No ano de 2004, foi promulgada a Lei de nº 10. 845 dispondo sobre a criação do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras¹² de Deficiência. (BRASIL,2004). Importante conquista, para as pessoas com deficiência pois instituiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do FNDE com o objetivo de garantir a universalização do atendimento especializado aos alunos cuja situação não permitia a sua integração em classes comuns, bem como garantir progressivamente a inserção dos que educandos portadores¹³ de deficiências no ensino regular¹⁴. Essa lei também prevê, assistência financeira proporcional ao número de educandos portadores ¹⁵ de deficiência, conforme apurado no censo escolar realizado pelo Ministério da Educação no exercício anterior, observado o disposto nesta Lei.

Nesse período, eu participei de uma seleção de estudantes a fim de concorrer à uma bolsa integral de estudos em uma escola de ensino privado do município. Mesmo não querendo deixar minha colega surda, optei por acreditar em um ensino que apresentava melhores condições do que a escola pública oferecia na época.

¹¹ Capacitismo se refere ao preconceito contra a pessoa com deficiência devido às suas condições, desrespeitando suas habilidades, competências e direitos, acreditando que se trata de uma pessoa incapaz.

¹² Termo utilizado no período para se referir às pessoas com deficiência.

¹³ Termo utilizado no período para se referir às pessoas com deficiência.

¹⁴ Termo utilizado no período para se referir escolas de classes comuns.

¹⁵ Termo utilizado no período para se referir às pessoas com deficiência.

Mesmo assim, o contato com a comunidade sempre foi muito diário, e ao ver meu envolvimento com o grupo e habilidade com a Língua de Sinais, fui convidada para ministrar aulas de Libras para as crianças desse referido Colégio, no turno oposto ao qual estudava. Assumi o desafio, mesmo com pouca maturidade, e com poucos recursos relacionados ao ensino de Libras.

No ano seguinte em 2005, foi promulgado o Decreto nº 5.626/2005, (BRASIL, 2005), importante documento dentro da comunidade surda, onde afirma que o usuário da Libras é a pessoa que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras, além de apresentar IX capítulos com determinações para as pessoas surdas e sua vida em sociedade, na garantia de seus direitos. (BRASIL, 2005).

Ainda no decreto de nº 5.626/2005, (BRASIL, 2005) o profissional de Libras, seria avaliado através de um exame de proficiência, o qual, era de responsabilidade do Ministério da Educação, e instituições de educação superior por ele credenciado, realizado anualmente. Tal processo, habilitaria o instrutor, professor ou intérprete de Libras e a partir da data desse decreto, em dez anos, teria que ter Libras como disciplina curricular em cem por cento dos cursos da instituição. Dessa forma, para ter tal reconhecimento, o profissional deveria ser avaliado por uma banca avaliadora que deveria possuir um “amplo conhecimento em Libras”, constituída por docentes surdos e linguistas de instituições de educação superior” (BRASIL 2005)

Quatro anos depois, em 2009, tive meu primeiro processo seletivo e avaliação de proficiência. O CAPI, foi o responsável pelo município para fazer a seleção e avaliação dos profissionais, fui aprovada e comecei a trabalhar como intérprete de Libras. Contudo, cinco anos depois, do decreto que tratou do exame de proficiência, foi que surgiu a regulamentação da profissão do tradutor e intérprete de Libras. Através da Lei de nº 12.319 de 2010.

Outro marco importante de lutas e conquistas dentro da comunidade surda, foi a lei de nº 11.796 de 2008 (Brasil, 2008) a qual oficializou o “Dia do Surdo” em todo território brasileiro, passando a ser comemorado todos os anos no dia 26 de setembro. Essa data tem sido importante, pois foi nesse mesmo dia que a primeira instituição pública de educação de surdos do Brasil foi fundada, atualmente chamada como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e com a criação desse dia, é possível promover reflexões e discussões sobre o tema, além de

divulgar para a sociedade as lutas e os espaços ocupados ou que precisam ser ocupados pelos surdos.

Um ano depois de já estar atuando como intérprete de Libras no município de Ipiaú, a Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010, (BRASIL, 2010) foi sancionada. Um importante conquista para os profissionais/tradutores de libras, pois reconhece e regulamenta o exercício da profissão de tradutor e intérprete de Libras bem como os princípios éticos que norteiam a profissão. (BRASIL, 2010)

A lei foi promulgada em 2010, reconhecendo esse profissional, mas eu já trabalhava oficialmente desde 2009. É possível constatar esse fato no meu contracheque da época pois recebia como “professora de Libras” e logo depois passando para intérprete de Libras.

Em 08 de outubro de 2010, entra em vigor a Portaria normativa do Ministério da Educação 20/2010 (Brasil, 2010) a qual determinava sobre o Programa Nacional de Certificação de Proficiência no uso e ensino da língua Brasileira de Sinais, usando como parâmetro a Certificação de Proficiência no uso e Ensino em tradução e interpretação da Libras/ Língua Portuguesa Prolibras.

Durante esse período, 2009 a 2014, eu pude acompanhar a tradução de Libras para os alunos surdos da cidade de Ipiaú em diversas modalidades. Comecei no fundamental II com os alunos do 6º ao 9º na rede municipal, passando para a esfera estadual, atuando no Ensino Médio e com os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Posteriormente, atuei como professora de apoio no Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Capi e, em seguida, como intérprete no ensino superior na Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus XXI de Ipiaú.

Em 2014, fui aprovada no concurso do IF Baiano, entrando em exercício em janeiro de 2015, e em 06 julho do mesmo ano, entra em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei n. 13.146/2015 (BRASIL, 2015). Essa lei foi um divisor de águas frente as pessoas surdas ao garantir a inclusão social e a igualdade de direitos da pessoa com deficiência em todos os aspectos da vida, incluindo o acesso à educação, saúde, trabalho, cultura, lazer, esporte, mobilidade urbana dentre outros (BRASIL, 2015).

A LBI assume que “[...] pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que pode impedir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Foi no espaço do IF Baiano Uruçuca, desde 2015, que as minhas pesquisas se intensificaram dentro da comunidade surda local, uma vez que passei a vivenciar outras realidades a partir do universo dos cursos técnicos subsequentes. Mas percebemos na prática as lacunas enfrentadas pelos alunos surdos frente ao aprendizado da língua portuguesa. Ao notar essa dificuldade, naquele período, promovemos um curso de capacitação em segunda língua para os alunos a fim de atender as suas necessidades em relação ao domínio dos termos técnicos dos componentes curriculares dos cursos. Importante salientar que foi somente em 2021 que a Lei de Educação Bilíngue – Lei n. 14.191/2021 (Brasil, 2021) - alterou a atual LDB; no entanto, ainda não há reflexos significativos de sua promulgação.

Ainda sobre a Lei de nº14.191/2021(Brasil, 2021), esta inseriu definitivamente a educação bilíngue para surdos na LDB, sendo a mais nova normativa que trata do ensino de surdos. Nesse contexto, entende-se por educação bilíngue quando é ofertado o ensino de Libras como primeira Língua para o cidadão surdo e o português na modalidade escrita como segunda língua (BRASIL, 2021).

Albres (2010, p. 36) afirma que

Essa proposta bilíngue advoga que não privilegia uma língua, mas busca dar condições às crianças surdas de se desenvolverem em língua de sinais e, posteriormente, na língua oficial do país, podendo usar oral- auditiva e/ou escrita.

Tal lei busca o respeito pela diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, garantindo sua oferta bilíngue desde a educação infantil e se estenderá ao longo da vida, chegando como um divisor de águas frente a comunidade surda, pois proporcionará a recuperação de suas memórias históricas, reafirmando suas identidades e valorizando sua cultura (BRASIL, 2021).

Contudo, Albres (2010) afirmou que para que o bilinguismo se efetive de fato, toda a equipe de ensino e a equipe administrativa precisa ter um bom conhecimento de Libras. Dessa mesma forma, para que ele aconteça dentro das empresas e a política de inclusão se intensifique, se faz necessário o respeito e a valorização do profissional surdo, desenvolvendo suas potencialidades e atendendo as suas necessidades linguísticas.

6.3 – O surdo e o direito ao trabalho

O ingresso do sujeito surdo no mundo do trabalho sempre foi marcado com muitas barreiras e estigmas, ocupando o lugar de invisíveis em nossa sociedade. Antunes et al (2020) ressaltaram que, embora estes sujeitos tenham superado suas próprias expectativas ao conquistar seu espaço e crescer profissionalmente, ainda enfrentam uma grande falta de interesse por parte dos que compõem o mundo do trabalho. Isso resulta na exclusão das pessoas com deficiência, mesmo quando elas estão aptas para aprender e utilizar os recursos disponíveis.

Leite (2019) apontou que o direito ao trabalho é um direito fundamental e um meio legítimo de vida digna, corroborando com o que assegura a nossa Constituição (Brasil, 1988). Contudo é possível perceber que um número significativo dessas pessoas com deficiência não está inserido nesse processo produtivo.

É possível observar uma exclusão no mundo do trabalho das pessoas com deficiência. De acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE em 2019 e publicada em 2021 (IBGE, 2021), o Brasil conta com uma população de 17,3 milhões de pessoas com deficiência e apenas 28,3% destes indivíduos em idade produtiva (a partir dos 14 anos de idade) estão inclusos no mundo do trabalho.

De fato, é principalmente no mundo do trabalho que todos os sujeitos põem à prova sua interação social, sua formação escolar, acadêmica e profissional, sua saúde, independência, autoestima, e todas as suas demais habilidades como um indivíduo produtivo efetivamente integrado a sociedade. Desta forma, é o meio em que podemos observar com mais objetividade o relacionamento estabelecido entre a sociedade, o Estado e as pessoas com deficiências, revelando com maior nitidez quais as barreiras a serem superadas na busca de inclusão, dignidade plena e cidadania dessa minoria (Silva, 2013).

Segundo Viana (2010), o trabalho proporciona essa integração social, pois possibilita o relacionamento entre pessoas, a inclusão social e o sentimento de pertencimento a um grupo. No entanto, segundo este autor, as diferenças e estereótipos incentivam os empresários a assumirem uma postura contrária à inclusão das pessoas com deficiência, evitando sua contratação. Ainda segundo Viana (2010), o que se pode perceber é que são poucas as portas que se abrem para esta parcela da população e elas costumam se fechar quando alguém contratado não corresponde às expectativas da empresa.

Os incentivos para a contratação das pessoas com deficiência surgiram a partir das leis com a intenção de promover condições de igualdade. Foi a partir da lei 8.213 de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991), que dispõe sobre os benefícios da previdência social – a qual ficou conhecida como a Lei de cotas – que foi determinado que as empresas com 100 ou mais colaboradores devem reservar de 2% a 5% dos postos de trabalho a pessoas com deficiência.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5%. (BRASIL,1991)

Entretanto, para além da obrigatoriedade prevista em lei, a inclusão da pessoa com deficiência na vida produtiva tem profunda relação com a escola e a formação oferecida por ela como declara Viana (2010). Desta forma, ao considerarmos o cenário da empregabilidade da pessoa com deficiência, somos impulsionados a reavaliar o papel da escola como agente de formação e, portanto, as obrigações do Estado no sentido de garantir o acesso a uma educação consistente.

Mas o que os dados dos pesquisadores têm apontado é que muitos sistemas de ensino se limitam apenas a viabilizar a iniciação profissional para as pessoas com deficiência, oferecendo, conforme já mencionado, apenas o aprendizado instrumental. Enquanto isso, há uma relativa inclinação por parte dos empregadores em possibilitar o recrutamento de pessoas com deficiência desde que se assegure a produtividade e a competência. E neste cenário, o que encontramos são candidatos com pouca qualificação e empresas que buscam cumprir a lei, mas acaba contratando as pessoas com deficiência para funções menores e com baixos salários.

As pessoas com deficiências ainda enfrentam diversas dificuldades no mundo do trabalho. A acessibilidade linguística no caso dos surdos é uma das muitas barreiras que esses sujeitos enfrentam. Muitos ou a maioria dos ambientes de trabalho não possuem nenhuma formação para a inclusão de pessoas com

deficiência, conscientização para a construção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e capacitação para os trabalhadores neste sentido.

Albres (2010) afirma que a proposição de um ambiente educacional inclusivo e com acessibilidade para os surdos não se resume apenas a inseri-los em uma escola de ouvintes, se faz necessário toda uma adaptação dos interlocutores, de materiais acessíveis, de formação continuada dos profissionais, da contratação dos intérpretes de libras, organizações dos horários, aquisição de recursos/ materiais/ projetos que envolvam a comunidade surda e a comunidade escolar.

Partindo do ponto do ambiente educacional, no trabalho acontece ou deveria acontecer a mesma lógica. Para que uma empresa seja inclusiva e tenha de fato a acessibilidade, não cabe apenas a contratação de um trabalhador surdo, mas a criação de meios que garantam a sua autonomia começando pelo respeito a sua língua, favorecendo o ambiente bilíngue, possibilitando a capacitação dos profissionais, bem como a contratação do profissional tradutor e intérprete de libras a fim de garantir o seu trabalho de forma mais autônoma.

A falta de suporte e adaptações razoáveis¹⁶ também são algumas das dificuldades enfrentadas pela pessoa com surdez. As pessoas surdas necessitam de adequações nos seus ambientes de trabalho como o uso das tecnologias assistivas, ajustes na carga horária, acesso ao intérprete de Libras, capacitação dos colegas para que eles possam conversar em sua língua. O que percebemos é que muitas empresas não oferecem essas adaptações ou não tem conhecimento sobre como fazê-la.

Outro estereótipo que a comunidade surda enfrenta, é sobre sua produtividade e capacidade. Alguns empregadores podem ter visões de que as pessoas com deficiência ou surdas não são produtivas ou não são capazes de realizar certas tarefas. Essa percepção equivocada, pode levar à exclusão no processo de seleção e contratação da pessoa surda. Brito (2020) afirma que se faz necessário adotar medidas de inserção laboral das pessoas com deficiências de forma a garantir o acesso e sua permanência, respeitando a sua individualidade e o tipo de sua deficiência.

¹⁶ Adaptações razoáveis são mudanças ou modificações nos ambientes de trabalho, processos ou equipamentos para atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, sem que isso represente um ônus excessivo para a organização.

Ainda de acordo com Brito (2020), a baixa representatividade de pessoas com deficiência em cargos de liderança é outro fator que deixa as pessoas surdas frequentemente sub-representadas em posições de liderança ou tomadas de decisões nas empresas. Isso pode influenciar negativamente a cultura organizacional em relação a inclusão. Ademais, a falta de conscientização e sensibilização sobre as questões relacionadas a deficiência pode contribuir para a marginalização e falta de compreensão das necessidades das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho.

É importante enfrentar essas dificuldades por meio da implementação de políticas inclusivas, promoção da conscientização e sensibilização, garantindo a acessibilidade no oferecimento de oportunidades de qualificação e empregabilidade às pessoas com surdez nos espaços produtivos para que possam se engajar plenamente no mundo do trabalho (Brito, 2020).

Segundo Brito (2020), no decorrer da vida, uma porcentagem significativa de pessoas adquire algum tipo de deficiência. Desta forma, se faz necessário promover a conscientização dos trabalhadores sobre essa realidade, pois esses profissionais poderão desempenhar suas funções tendo sua condição respeitada e assegurada com os ambientes adaptados e suportes necessários.

Com essas considerações, percebemos que um programa de acompanhamento de surdos egressos favorecerá a consolidação da identidade social desse formando, fortalecendo as suas práticas e minimizando a exclusão social

3 SOBRE A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DESTE ESTUDO

Escrever um estudo sob uma perspectiva autobiográfica é uma jornada íntima e muito reveladora. Revisitar minhas memórias, reviver experiências passadas e reconhecer-me em minha história trouxe uma série de emoções e reflexões profundas.

A princípio, mergulhar no passado foi como abrir um álbum de fotos antigos dentro da memória. Lembrar que a mulher que eu me tornei foi construída por todos esses pedaços, essas fases. Cada lembrança, como uma fotografia, carregava consigo uma história, um sentimento, um aprendizado. Reviver essas experiências dentro da Libras, permitiu-me enxergar o quanto cada momento, por menor que parecesse, moldou quem eu sou hoje. Tive momentos de alegria, conquistas e

realizações que me encheram de orgulho. Mas também houve desafios, dificuldades e perdas que testaram minha resiliência e capacidade de adaptação. Hoje, percebo que todos esses momentos se somaram para a minha construção.

Ao iniciar esse mestrado, muita coisa mudou em minha forma de ver o mundo. Reconhecer-me em minha trajetória foi um exercício de autoconhecimento. Ao perceber que eu podia falar de minha história, recontar minha história que foi moldada e conduzida pela Libras desde tão cedo, e como isso modificou quem eu sou e o caminho que trilhei, descobri motivações ocultas e ganhei uma nova compreensão sobre minhas escolhas e ações. Pude ver com mais clareza os pontos de virada, as decisões cruciais que, em sua época, talvez não parecessem tão significativas, mas que, em retrospectiva, foram determinantes.

Escrever de maneira autobiográfica também me proporcionou uma oportunidade de validar e valorizar minha jornada. Cada experiência, positiva ou negativa, contribuiu para o meu crescimento pessoal e profissional. Reconheci o valor das pessoas que cruzaram meu caminho que foram de grande importância em minha trajetória e na construção da mulher que sou hoje, de todas as pessoas incríveis que passaram em minha vida e que de alguma forma ainda permanecem comigo, e as novas que vão chegando e somando nessa construção de quem eu sou.

Essa escrita autobiográfica me trouxe uma sensação de completude e gratidão. Compreender como minha trajetória me ajudou a ver o quanto eu já caminhei e me deu forças para continuar trilhando meu caminho com propósito e determinação. Escrever sobre minha própria vida não foi apenas um ato de revisão, mas um processo transformador que tem me permitido honrar meu passado e me preparar para o futuro com mais sabedoria e clareza para um mundo mais inclusivo e diverso.

Conforme Abrahão (2003), a metodologia autobiográfica é uma abordagem de pesquisa que se baseia na narrativa da própria vida do sujeito como principal fonte de dados e reflexões. Nesse método, os indivíduos são convidados a relatar suas experiências pessoais, memórias, trajetórias e significados atribuídos aos eventos ao longo de suas vidas.

A principal característica da metodologia autobiográfica é a centralidade do sujeito como narrador de sua própria história. Isso significa que o pesquisador busca compreender a realidade através da perspectiva e interpretação do próprio indivíduo,

valorizando suas vivências subjetivas e as formas como elas são construídas e percebidas (Marques; Satriano, 2017). Em relação a este estudo, significou compreender a mim mesma, minha atuação como TILS e todo o trabalho que tenho desenvolvido junto às pessoas surdas na busca por uma sociedade mais inclusiva para todos.

Isto porque a metodologia autobiográfica valoriza o caráter reflexivo e interpretativo, incentivando o sujeito a analisar suas próprias experiências, identificar padrões, transformações e significados subjacentes. Isso contribui para uma compreensão mais profunda do indivíduo e de sua inserção no contexto social, cultural e histórico em que está incluso.

Dessa forma, a metodologia autobiográfica é uma ferramenta poderosa para explorar questões de identidade, subjetividade, cultura e história pessoal, proporcionando uma compreensão mais rica e contextualizada das experiências humanas (Marques; Satriano, 2017).

Frente ao exposto, este estudo de caráter autobiográfico, procurou trazer minhas reflexões sobre vivências e experiências, e sobre as mudanças ocorridas nas políticas públicas para a inclusão social e escolar da pessoa surda ao longo das últimas décadas.

Além disso, essa metodologia autobiográfica foi fundamental para minhas reflexões na construção do estudo e do produto educacional. Ao analisar minhas próprias experiências na comunidade surda e minha trajetória voltada para a área inclusiva, pude identificar práticas e estratégias que efetivamente contribuíram para minha formação e desenvolvimento, e como essas experiências podem ajudar na construção do referido produto. Essa introspecção possibilitou a criação de um produto educacional que procure ser mais empático, relevante e direcionado às necessidades da pessoa surda no processo de sua inclusão no mundo do trabalho. Olhar para dentro foi essencial para contribuir com a construção de um caminho educativo que valorize a história de cada indivíduo com surdez e que promova processos inclusivos de fato.

4 A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS SURDOS: REFLEXÕES SOBRE O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Para a construção e o desenvolvimento do Programa de Acompanhamento de Egressos Surdos se fez necessário conhecer e refletir sobre os processos institucionais que organizam o atendimento educacional e o acompanhamento dos estudantes egressos. Estas ações são fundamentais para que possamos compreender a maneira como a instituição percebe seus estudantes e seus egressos e, a partir de então, propor um programa para os egressos surdos em razão de suas necessidades e especificidades. Desta forma, os seguintes documentos foram consultados, a saber: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), o Regimento do Napne, a Minuta da Política de Equidade, Diversidade e Inclusão do IF Baiano (PEDI), o Regimento da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), o Regimento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (Napsi), o Regimento dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais, e o Regimento do Núcleo de Planejamento e Parcerias Interinstitucionais (NUPPI).

Para compreender a aplicação e a contribuição desses documentos no desenvolvimento do programa, foi realizada uma análise hermenêutica dos textos normativos. A análise hermenêutica consiste na interpretação crítica e aprofundada dos textos, levando em consideração seus significados contextuais, as intenções dos autores e as implicações para a prática. Esse tipo de análise permite revelar sentidos que podem não estar explícitos, mas que são fundamentais para a compreensão integral dos documentos e para a formulação de práticas institucionais mais inclusivas.

De acordo com Schubring (2018), a hermenêutica é um método de interpretação que visa compreender os significados de textos, discursos ou normativas, considerando o contexto histórico, cultural e social em que foram produzidos. Essa abordagem permite a identificação de sentidos ocultos ou não evidentes à primeira vista, o que contribui para uma análise mais profunda e crítica dos conteúdos interpretados.

Nas subseções a seguir, apresentarei cada um deles, o contexto e o período em que foram elaborados e implementados, minhas memórias acerca destes momentos e algumas reflexões sobre suas contribuições aos egressos surdos. Os documentos se encontram na ordem em que foram analisados.

4.1 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento que delinea as atividades do Instituto Federal Baiano (IF Baiano), estabelecendo metas, prioridades e estratégias para o período de 2021 a 2025. Ele foi elaborado com a participação da comunidade e tem como objetivo principal fortalecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento integral da comunidade.

No momento da escrita deste texto, me encontro no ano de 2024. Desta forma, o atual PDI ainda é vigente, mas tivemos muitas ocorrências no período de 2021 a 2023, as quais podem ter impactado de muitas maneiras na formação do aluno surdo e seu ingresso no mundo do trabalho.

Em 2021, ainda estávamos lidando com a pandemia da COVID-19 (SARS-CoV-2), e a nova realidade que se desenhava à nossa frente, particularmente no ensino, que havia sido profundamente transformado ao longo dos dois anos anteriores (período do *Lockdown*¹⁷). Essas mudanças impactaram significativamente os discentes surdos, que enfrentaram a falta de recursos tecnológicos adequados para essa nova realidade, além da necessidade de aprender a utilizar esses recursos. Muitos dos recursos disponíveis não contemplavam as adaptações necessárias para garantir um ensino inclusivo, o que nos obrigou a aprender na prática para minimizar os prejuízos educacionais desses alunos. No caso dos alunos surdos do IF Baiano campus Uruçuca, o único meio para acompanhar as aulas era o celular¹⁸.

Foi durante este período desafiador que, reconhecendo a necessidade de fornecer informações acessíveis aos nossos discentes, e considerando a realidade enfrentada, eu e a equipe do Napne do IF Baiano Uruçuca convidamos colaboradores internos e externos para criar o projeto "Comunicação Acessível em Libras durante a pandemia da Covid-19"¹⁹. O principal objetivo do projeto era promover a acessibilidade em Libras, facilitando a mediação das informações sobre o novo coronavírus (SARS-CoV-2 – Covid-19), além de fornecer orientações sobre cuidados, prevenção e entretenimento de forma acessível para a comunidade surda

¹⁷ Período de confinamento, em que todas a maioria das atividades foram paralisadas a fim de se evitar a propagação do vírus por meio do contato humano.

¹⁸ No período em que aconteceu a pandemia da Covid-19, a autora deste estudo atuava como intérprete de Libras no IF Baiano campus Uruçuca.

¹⁹ Projeto Comunicação Acessível em Libras durante a pandemia da Covid-19 disponível em [Setembro Azul em Libras \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=SetembroAzul)

da região sul, especialmente na cidade de Uruçuca.

O projeto foi registrado no Edital de Extensão N°06/2020 da PROEX/CPPEX/IFBAIANO Fluxo C - 2020/2021. Como parte do resultado obtido, houve a publicação de um artigo²⁰ descrevendo as ações realizadas e um capítulo de um livro intitulado "Educação Emancipatória: Entre Experiências Pedagógicas, Diversidade e Transgressões"²¹. O projeto gerou um total de 68 vídeos que até a data de hoje acumulam mais de 3.276 visualizações.

O projeto evidenciou a capacidade de adaptação e resiliência da comunidade educacional, demonstrando que, com criatividade e colaboração, é possível enfrentar os desafios e garantir um ensino de qualidade para todos.

Nesse mesmo período, aprovamos o projeto "Libras para Crianças", no Edital de Extensão N° 01/2020 PROEX/CPPEX/IFBAIANO Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão – PIBIEX Modalidade Junior, que inicialmente foi planejado para ser realizado de forma presencial. No entanto, em razão da pandemia, o formato foi alterado para o virtual. O projeto foi implementado de junho a de novembro de 2021, e tinha como objetivo principal propor o ensino de Libras como segunda língua para crianças ouvintes da educação infantil e do ensino fundamental do município de Uruçuca. Com a pandemia, e o projeto em formato virtual, ampliou-se as vagas nas escolas e vários outros municípios puderam participar, totalizando 37 escolas atendidas.

Realizado em forma de oficinas, o projeto tinha como objetivo estimular questões como inclusão, respeito, empatia e diversidade desde a primeira infância. Buscava assegurar e desenvolver um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, incentivando, por meio de práticas pedagógicas, o ensino de Libras como uma forma de ampliar as habilidades funcionais das crianças. Além disso, promovia ações e medidas que diminuíssem o bloqueio da comunicação e interação entre surdos e ouvintes.

É possível acompanhar algumas ações do projeto pelo Instagram²² e pela

²⁰ Artigo Ações do projeto Comunicação Acessível em Libras durante a pandemia da Covid-19. Disponível em <https://seer.unirio.br/raizeserumos/article/view/10298>

²¹ Obra organizada Educação Emancipatória: Entre Experiências Pedagógicas, Diversidade e Transgressões. Editora Appris.

²² Projeto Libras para Crianças no Instagram. Disponível em <https://www.instagram.com/librasparacrianças/>. Também é possível encontrar matérias jornalísticas sobre este projeto em sites na internet.

página no YouTube²³, onde estão disponíveis diversos materiais e vídeos produzidos durante as oficinas. O projeto obteve muitos resultados positivos, agregando a participação de escolas públicas e privadas do estado, com a colaboração de membros internos e externos do IF Baiano.

Acredito que essa iniciativa não só contribuiu para a inclusão e acessibilidade, mas também destacou a importância de ensinar Libras desde a infância, promovendo uma sociedade mais inclusiva e empática. O projeto "Libras para Crianças" mostrou que, mesmo em tempos de adversidade, é possível adaptar-se e continuar a promover a educação de qualidade e a inclusão social.

De acordo com Albres (2010, p. 91),

A educação, portanto, é a promoção de ensino de habilidades que proporcionam ao aluno realização, tanto no plano pessoal, quanto no mundo do trabalho. A escola é um espaço onde se desenvolve o ato educativo, tendo dupla função: desenvolvimento integral do aluno e transmissão, preservação e transformação cultural.

Portanto, o ensino de Libras desde a infância, passando pelas demais faixas etárias, pode ser um importante passo para a inclusão do surdo nos diversos espaços sociais ao promover uma maior compreensão das relações que se estabelecem nestes espaços por meio do diálogo com um sujeito que apenas faz uso de uma língua diferente. No ingresso no mundo do trabalho, isso pode significar reconhecer a pessoa para além da surdez, suas habilidades e capacidades laborais, permitindo sua realização e crescimento.

Apesar dos projetos implementados, como o "Comunicação Acessível em Libras durante a pandemia do Covid 19" e o "Libras para Crianças", as dificuldades na conclusão dos cursos nesse cenário pandêmico ainda eram significativas. Um fator que agravou essas dificuldades foi a falta de acessibilidade, exacerbada pelo Decreto n. 10.185/2019 (Brasil, 2019), que resultou na extinção dos códigos de vagas para tradutores e intérpretes de Libras (TILS). Embora o decreto tenha sido emitido em 2019, seus efeitos foram sentidos de forma aguda durante a pandemia, dificultando a contratação de TILS para atender os alunos surdos.

Outro desafio que impactou negativamente o cenário educacional foi o

²³ Projeto Libras para Crianças no Youtube. Disponível em https://www.youtube.com/playlist?list=PL0KcgJ-8gXYq1snRPj_69imp_PdQELcDW.

contingenciamento de verbas²⁴. A redução de recursos financeiros impossibilitou a contratação de intérpretes de Libras por meio da terceirização, dificultando o atendimento tanto dos alunos surdos quanto daqueles com necessidades educacionais específicas. Essa falta de profissionais especializados comprometeu a qualidade da educação inclusiva, tornando mais difícil para esses alunos acompanharem as atividades acadêmicas e concluírem seus cursos com sucesso.

Os projetos realizados foram importantes para promover a acessibilidade e a inclusão, mas as barreiras estruturais e financeiras impuseram limites significativos. A situação destacou a necessidade urgente de políticas públicas que garantam a contratação e manutenção de profissionais especializados, assim como a importância de investimentos contínuos para assegurar um sistema educacional verdadeiramente inclusivo.

Outro fator importante nesse período foi a mudança de governo, que trouxe consigo várias alterações significativas na política educacional e na legislação relacionada à inclusão das pessoas com deficiência. Um ponto crucial foi a revogação do Decreto n. 10.502/2020 (Brasil, 2020), que estabelecia uma nova Política Nacional de Educação Especial. Este decreto havia gerado controvérsias e debates sobre sua abordagem à inclusão de alunos com deficiência, e sua revogação foi um passo importante para a reformulação de políticas mais inclusivas.

Adicionalmente, o Estatuto do Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) – Lei n. 14.704/2023 (Brasil, 2023) foi promulgado, estabelecendo direitos e regulamentações específicas para a profissão. Esta lei representa um avanço significativo para a garantia de condições adequadas de trabalho para os TILS, o que é essencial para a promoção da inclusão e acessibilidade educacional para os alunos surdos. Ademais, esta Lei trouxe reconhecimento e estrutura para a profissão, facilitando a contratação e atuação desses profissionais.

Portanto, este foi o meu cenário quando o PDI 2021-2025 do IF Baiano estava sendo implementado. Sobre sua elaboração, o referido documento informa que procurou formas democráticas de participação da comunidade conforme recorte abaixo

²⁴ Os contingenciamentos foram executados por meio dos Decretos n. 11.216/2022, n. 10.961/2022, Lei n. 14.194/2021, entre outros.

No processo de elaboração deste documento, ouvimos muitas pessoas, acolhemos críticas, elogios, esperanças, tristezas, **percebemos que uma instituição pública de ensino é fortalecida pelo seu caráter de diversidade, pela forma com que o nosso IF Baiano luta pela inclusão das pessoas com deficiência**²⁵ e acima de tudo, pela forma com que este busca planejar a melhoria de vida de cada pessoa, a partir do seu planejamento e do processo colaborativo e solidário, com o objetivo precípua de fortalecer suas atividades finalísticas: ensino, pesquisa e extensão. (IF Baiano, 2021, p. 25)

Desta forma, se é um objetivo do PDI enquanto instrumento institucional promover a diversidade e a inclusão das pessoas com deficiência, é imprescindível tomar medidas concretas para garantir que esses objetivos sejam alcançados.

Em relação aos alunos com deficiência da instituição, o referido documento também apontou que buscaria

[...] desenvolver estratégias e práticas, na perspectiva da educação inclusiva, que maximizem o acesso, a permanência e o êxito dos(as) discentes com deficiência nos cursos de graduação; [...] (IF Baiano, 2021, p. 63)

[...] Iniciativas estratégicas associadas:

1. Prover atendimento especializado adequado às pessoas com deficiência;
2. Garantir a execução da política de acessibilidade e de inclusão;
3. Aperfeiçoar o auxílio estudantil;
4. Garantir condições de permanência e de êxito;
5. Aperfeiçoar o atendimento especializado e multidisciplinar;
6. Desenvolver estratégias e práticas, na perspectiva da educação inclusiva, que maximizem o acesso, a permanência e o êxito dos(as) discentes com deficiência nos cursos de graduação. (IF Baiano, 2021, p.95)

Assim, se é o foco da instituição desenvolver estratégias e práticas na perspectiva da educação inclusiva que maximizem o acesso, a permanência e o êxito dos (as) discentes com deficiência nos diversos cursos, é fundamental implementar uma abordagem abrangente e contínua. Além de iniciativas estratégicas para o acesso, a permanência e o êxito, o acompanhamento dos egressos é necessário para validar e aprimorar tais ações – e o referido documento não faz menção a este processo.

Dessa forma, entendendo que o PDI é um instrumento crucial para a implementação dessas estratégias. Ele não apenas guia a instituição em suas ações e atividades inclusivas, mas também garante que as necessidades dos discentes

²⁵ Grifo nosso.

com deficiência, especialmente da comunidade surda, sejam atendidas de maneira eficaz. O PDI contribui significativamente para a comunidade surda ao estabelecer diretrizes claras para a inclusão, desde o processo de admissão até o acompanhamento dos egressos. Através dele, é possível criar um ambiente educacional mais acessível e acolhedor, onde cada indivíduo tem a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

4.2 Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE)

De acordo com o texto do atual Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE)²⁶ do IF Baiano, seu objetivo principal é alimentar as políticas de ensino, pesquisa e extensão dos cursos oferecidos pela instituição. Além disso, possibilita a avaliação da eficiência e eficácia dos serviços educacionais prestados, a adequação das grades curriculares, a identificação do perfil profissional dos ex-alunos e a análise de sua inserção no mundo do trabalho.

No momento da escrita desta dissertação, o documento está em fase de reformulação. É possível encontrar a página do egresso, na qual há orientações para os ex-alunos. O documento vigente não possui data de publicação, não permitindo compreender seu período de desenvolvimento e implementação, e não menciona como proceder em casos de pessoas com deficiência e seu acompanhamento. Segundo o documento, são responsabilidades do cadastro:

As informações obtidas com o cadastro dos egressos no programa **forneecerão subsídios para aumentar o padrão de qualidade dos serviços prestados**²⁷, bem como para identificar novas demandas no perfil de egressos, atendendo a expectativas e promovendo a atualização constante da sua formação. (IF Baiano, s.d.)

O texto do referido programa determina algumas funções que cabem a ele como ser capaz de orientar a construção das políticas da instituição e a tomada de decisões em relação aos cursos ofertados. Dentre essas informações, determina algumas orientações como as listadas abaixo

²⁶ Disponível em <https://ifbaiano.edu.br/portal/egressos/>

²⁷ Grifos nossos.

- Cadastrar os egressos do IF Baiano e mantê-lo informado sobre oportunidades profissionais.
- Atender **às necessidades e expectativas expressas** pelos egressos;
- Incentivar a **educação continuada dos egressos** por meio da oferta e divulgação de cursos de extensão;
- Apoiar o egresso em sua vinculação nos arranjos produtivos;
- Manter **registro atualizado** da situação **de empregabilidade dos egressos**;²⁸
- Colher informações sobre os aspectos qualitativos da instituição;
- Promover a melhoria da qualidade das políticas de gestão administrativas relacionadas ao egresso. (IF Baiano, s.d.)

O documento indica que as ações do “Programa de Acompanhamento de Egressos do IF Baiano” estão orientadas para o desenvolvimento de mecanismos de comunicação entre o instituto e seus ex-alunos por meio da criação do Portal do Egresso. Segundo o documento, com base nas informações deste portal, o IF Baiano terá uma compreensão mais clara sobre o perfil atual de seus egressos, a formação recebida nos cursos e a inserção deles no mundo do trabalho. Os resultados coletados serão organizados em gráficos e integrarão um banco de dados que permitirá a implementação de políticas de gestão.

O que se nota na prática é que o documento pode não estar cumprindo seu papel, pois não há informações disponibilizadas na página do programa no *site* do IF Baiano. Assim, a demanda acaba ficando restrita às orientações para o estágio.

Em relação aos egressos, é evidente que o que mais se recorda são os “encontros dos ex-Emarquianos,” uma prática mantida por anos pelos ex-alunos, sem qualquer influência ou organização do IF Baiano para coletar esses dados e transformá-los em uma base para o perfil dos nossos egressos e sua inserção no mundo do trabalho. Na página é possível encontrar a seção Comunidades de Egressos com os links para visitas as páginas interativas dedicadas ao egresso do IF Baiano. Essas páginas não foram criadas especificamente pela instituição – mas sim pelos egressos – e apenas quatro campus tem esses links, sendo eles Catu²⁹, Santa Inês³⁰, Valença³¹ e Teixeira de Freitas³².

Desses citados campus, destacamos Catu, o qual possui uma página tendo como última atualização referente ao ano 2016 e um formulário de coleta de

²⁸ Grifos nossos.

²⁹ <https://www.facebook.com/encontro.egressos.if.catu>

³⁰ <https://www.facebook.com/people/Egressos-Campus-Santa-In%C3%AAs/100006105942053>

³¹ https://www.facebook.com/profile.php?id=100006352307894&hc_ref=NEWSFEED

³² <https://www.facebook.com/groups/egressosiftdf/?fref=ts>

informações sobre egressos dividido por cursos com a data de 2015.³³ Já a página do campus Valença (Egressos Valença) possui uma última publicação relacionada aos egressos em 2019, e na página do campus Teixeira de Freitas (Egressos - IF Baiano Campus Teixeira de Freitas), a última publicação sobre egressos data de 2018. Estas informações foram constatadas no período de escrita deste texto. Também neste mesmo período, tentamos contato via o e-mail ³⁴fornecido na página e não tivemos retorno.

Diante do exposto, percebemos a importância do Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE) e de como ele precisa de uma reformulação a fim de que atenda às necessidades dos ex-discentes, com ou sem deficiência, dentro e fora do IF Baiano.

4.3 Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) tem como função principal assessorar o (a) Diretor (a) Geral do campus nas questões referentes à inclusão. Sua missão é promover ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão com sucesso dos estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas ³⁵ na instituição. Alguns pesquisadores têm desenvolvido estudos e pesquisas sobre os efeitos e contribuições do Napne para a inclusão dos estudantes na EPT.

Segundo Dalmonech et al. (2023), o Napne, desde sua constituição, assume a responsabilidade de desenvolver um espaço voltado ao processo de inclusão, com o objetivo principal de criar uma cultura de "educação para a convivência" na instituição, promovendo a aceitação da diversidade.

Dessa forma, o Napne busca valorizar não apenas a aceitação da diversidade por meio dos processos de acolhimento, mas também reconhecer e valorizar as

³³ Formulário 2º etapa de acompanhamento de Egressos do campus Catu:
<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScA0m4hUwBobFbrp4r9gbm7fEH9ed-iENEBf57K-TOTIJy6-g/viewform>

³⁴ E-mail: egressos@ifbaiano.edu.br.

³⁵ Optamos pelo uso do termo necessidades específicas em razão da amplitude do público que pode ser atendido pelo Napne: alunos com deficiência, alunos com transtornos específicos da aprendizagem, alunos com quadros de saúde específicos que demandem adaptações e reorganização de espaços, entre outros.

diferenças, criando assim um ambiente inclusivo e acolhedor dentro dos institutos, onde todas as pessoas possam se sentir respeitadas e integradas.

De acordo com Perinni (2017), os Napnes têm a função de facilitar o acesso das pessoas com necessidades educacionais específicas ³⁶ (NEE) a todos os espaços e processos na instituição, visando à integração e articulação de sua inclusão educacional e social. Sem essa base, as iniciativas de inclusão correm o risco de se tornarem superficiais, sem realmente promover a inclusão e o respeito pelas diversas necessidades e identidades presentes na instituição

Assim, conforme já mencionado anteriormente, quando cheguei ao campus de Uruçuca em 2015, fui informada da existência do Napne. O núcleo estava começando a se fortalecer, realizando algumas ações, contando com alguns servidores atuando para o seu funcionamento. Nesta época, contava com a participação do psicólogo e da assistente social.

Mesmo assumindo outras funções conforme solicitação da gestão do campus (atuação no Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas – NAGP, Fiscal de Correios, Fiscal do Diário Oficial na União, Conformista de Gestão, entre outros), sempre estive ligada e em contato com os colegas do núcleo, como a assistente social e o psicólogo. Juntos, somamos forças para divulgar mais as ações do Napne e planejar atividades anuais, o que gerou um retorno muito positivo, aumentando a visibilidade do núcleo.

Neste mesmo ano, realizamos nosso I Seminário de Inclusão, trazendo palestrantes com deficiência, convidando o município e setores ligados à inclusão. O evento foi muito bem recebido por toda a comunidade. A partir daí, começamos a promover ações de conscientização e sensibilização no campus, com palestras sobre temas como "Conhecer para Incluir" e convidando profissionais da área para capacitar professores e servidores.

No ano seguinte, também oferecemos cursos de Libras para os servidores, encontros com surdos da cidade, e suporte aos professores para identificar possíveis alunos que precisariam de atendimento pelo setor. Essas iniciativas foram essenciais para fortalecer a inclusão e garantir melhor suporte aos estudantes com deficiência.

Nesse período, começamos a difundir a Libras no campus e a verificar junto

³⁶ Termo adotado pelo autor citado em razão da maneira como o núcleo é nomeado.

com a secretaria os registros dos ingressantes que possuíam algum tipo de laudo ou relatório médico que indicasse deficiência ou necessidades específicas. Esta ação tinha por objetivo evitar que esses alunos chegassem às salas de aula sem qualquer tipo de preparo ou organização. Para tanto, nós organizávamos orientações para os servidores e enviávamos e-mails, garantindo que, ao chegar na sala, o professor estivesse ciente e preparado para receber este aluno, evitando qualquer estranhamento ou despreparo. Alguns pesquisadores têm apontado a importância dos processos organizativos para a inclusão dos alunos com deficiência nas instituições. Especificamente sobre a inclusão dos alunos surdos, Albres (2010, p. 63) pontuou que

A inclusão e a acessibilidade dos surdos à educação não se resumem a inseri-los em uma escola de alunos ouvintes; e, quando possível, contratar um intérprete de Libras. Há também as adaptações dos interlocutores no espaço físico, dos materiais, das estratégias em sala de aula, assim como formação continuada dos professores, contratação de professores especializados (intérprete, professor de Libras, professor de Língua Portuguesa como segunda língua), organização do horário para realização das atividades complementares com o professor especializado, aquisição de recursos materiais (sala de informática, livros e vídeos traduzidos para Libras), projetos que envolvem a comunidade escolar (palestras sobre surdos e cursos de Libras).

Frente ao exposto pela citada autora, muitos destes processos também se aplicam aos estudantes com outras deficiências, contribuindo para sua inclusão nestes espaços.

Além disso, passamos a marcar presença em todas as aulas inaugurais dos cursos, com o objetivo de mostrar a valorização das diferenças, combater preconceitos e promover o respeito e a inclusão. Apresentávamos o setor para os novos alunos, e ao final das apresentações, sempre havia alguns estudantes que, mesmo que timidamente, se aproximavam para saber mais sobre o Napne.

Assim que as aulas começavam, entrávamos em contato com os alunos para uma conversa inicial, apresentando o setor e mostrando as tecnologias assistivas disponíveis. Conhecer a especificidade de cada aluno e entender como poderíamos ajudar nesse processo era crucial. Com a autorização dos alunos, também conversávamos com os seus colegas de sala, explicando o real sentido da equidade no curso, o que contribuía para reduzir mal-entendidos ou percepções erradas sobre "ajudar" ou "favorecer" esses alunos.

Em 2017, recebemos nossos primeiros discentes surdos: dois no curso

subsequente de Técnico em Alimentos e um no curso Técnico em Agropecuária. Foi um momento de muita alegria por tê-los conosco, mas também de grandes desafios, pois eu era a única intérprete no campus, o que gerou muitas dificuldades.

Nesse período, começamos a discutir sobre a necessidade de materiais adaptados, o revezamento de profissionais e a antecipação dessas demandas. Apesar do desgaste e da complexidade do processo, foi reconfortante ver que muitos colegas já estavam sensibilizados com a causa e começando a entender a importância da inclusão.

Em 2018, novos profissionais se juntaram ao setor, enriquecendo nossa equipe: TILS (foram enviados 2 intérpretes de outros campi em colaboração técnica para auxiliar no atendimento da demanda), revisores de texto em braile, professores de Letras/Libras e professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Além disso, servidores dos diferentes cursos começaram a participar ativamente do setor, fortalecendo ainda mais nossa atuação.

Atendíamos uma variedade de deficiências, além dos surdos, incluindo cadeirantes, pessoas com baixa visão, nanismo e cegueira, entre outras, além de discentes com transtornos específicos da aprendizagem. Esse fortalecimento do setor permitiu um atendimento mais abrangente e eficaz, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor dentro da instituição.

Fizemos visitas técnicas nas cidades circunvizinhas para conhecer e firmar parcerias com os centros de inclusão, além de manter o vínculo com nossa cidade. Capacitamos os servidores com palestras sobre o tema "Tenho um aluno surdo, e agora?"³⁷. Também realizávamos encontros semestrais das famílias e dos discentes com o tema "Café com o Napne", onde eles tinham a oportunidade de se encontrar e discutir suas questões de forma mais próxima, além de agendar atendimentos com os profissionais do núcleo, como psicólogo, pedagogo, professor de AEE, entre outros.

No AEE, após passar pela triagem na coordenação, o discente era encaminhado para a demanda necessária naquele momento. Além disso, participávamos de todas as reuniões de colegiado, grupos e conselhos de classe

³⁷ Esta capacitação contou com a participação da pesquisadora Profa. Dra. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, uma das organizadoras da obra "Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos". Esta obra venceu a 56ª edição do Prêmio Jabuti, alcançando o 1º lugar na categoria Educação.

para garantir que as necessidades e os direitos dos alunos fossem assegurados. Essas ações não apenas facilitaram a integração dos alunos com necessidades específicas, mas também fortaleceram a comunidade acadêmica, promovendo um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos.

Em 2019, dentre as ações do setor, construímos várias atividades para que os alunos se sentissem incluídos. No caso dos surdos, criamos uma capacitação de português como segunda língua e o curso de Libras avançada nos termos específicos das disciplinas. Também desenvolvemos um curso de Formação Inicial e Continuada de Libras para as famílias e um curso de Libras para as crianças, atendendo de forma presencial as crianças das escolas particulares e municipais da cidade, onde os próprios discentes surdos atuavam como monitores.

Outra ação muito significativa foi a construção do projeto "Todo Dia é Dia de Respeito", que uniu o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígena (NEABI), o Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (Geni) ao Napne para falar sobre respeito nas salas de aula que apresentaram demandas a esta questão. Essa discussão transversal contribuiu para fortalecer os alunos em questões como empatia e solidariedade, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

Sobre o regimento do Napne, o documento passou por sua primeira reformulação com a chegada dos docentes de AEE, sendo publicado em 2019 (IFBaiano, 2019). Observa-se que, no campus Uruçuca, os primeiros alunos surdos ingressaram em 2017, com previsão de conclusão em 2019. Contudo, não houve nenhuma discussão sobre os egressos com surdez e seu acompanhamento durante esse período.

Muitos desses estudantes concluíram ou deveriam ter concluído o curso nos anos de 2019 e/ou 2020, mas a pandemia trouxe desafios significativos. Durante esse período, com as aulas online e as constantes readaptações, enfrentamos dificuldades para compreender plenamente o que aquele momento representava. Observamos que, com a chegada dos primeiros estudantes surdos em todo o IF Baiano, parece nunca ter ocorrido uma reflexão prévia sobre os egressos com deficiência, pois não encontramos documentos ou registros sobre ações voltadas para este público específico. Isso também pode ter influenciado a ausência de menções e citados sobre o acompanhamento de egressos na reformulação do regimento do Napne.

4.4 Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano

A Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano - Resolução CONSUP/IF Baiano n. 12/2012 (IF Baiano, 2012) - tem como objetivo central buscar alternativas que garantam os direitos dos discentes, sejam eles com ou sem deficiência, em situação de vulnerabilidade social, ao mesmo tempo em que reafirma, destaca e assegura o respeito à diversidade humana. O direito à educação inclusiva é um dos pilares fundamentais para a conquista da cidadania e a obtenção de outras garantias, como saúde, habitação e segurança. A inclusão no processo educativo escolar torna-se, portanto, o meio para a defesa e promoção da igualdade de direitos.

Tal política deve transcender sua existência como documento formal e se materializar em ações concretas e significativas, uma vez que a prática pedagógica busca, além da transmissão de conhecimentos, mediar a formação de valores humanos. Compreende-se a necessidade de uma transformação cultural na formação técnica e tecnológica, e que uma cultura inclusiva exige mudanças de atitude por parte de gestores(as), servidores(as), estudantes e de toda a comunidade do IF Baiano.

Essa Política incorpora em sua estrutura diretrizes baseadas em princípios fundamentais, os quais devem se materializar em núcleos alicerçados na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entendendo esses elementos como mediadores de uma formação qualificada para os segmentos discente, docente e técnico do IF Baiano.

Entre os programas e núcleos de Diversidade e Inclusão, destacam-se:

- Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH)
- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)
- Núcleo de Estudos de Comunidades Tradicionais (NECT)
- Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual (NEDS)
- Núcleo de Estudos de Inclusão da Mulher (NEIM)
- Núcleo de Apoio ao Adolescente sob Medidas Socioeducativas (NAMES)
- Programa de Cotas (PRO-COTAS)
- Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (PAPNE)
- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

- Programa de Inclusão do Jovem e Adulto na Educação Profissional (PIJAEP)
- Núcleo de Educação e Inclusão da Terceira Idade (NEITI)
- Núcleo de Educação para Apenados (NEPA)
- Núcleo de Apoio, Prevenção e Ressocialização de Adictos (NAPRA)
- Núcleo de Educação para a Sustentabilidade do Campo (NESC)

O documento também estabelece que cada campus deve selecionar pelo menos dois núcleos ou programas, distintos daqueles exigidos por lei, para integrar seus planejamentos pedagógico e administrativo anuais. Esses núcleos devem estar alinhados com as necessidades regionais. É importante ressaltar que há prioridade dada aos programas e núcleos previstos em lei, tais como PAPNE, NAPNE e NEABI.

Frente ao exposto, é crucial que os documentos atuais sobre diversidade e inclusão no Brasil e no IF Baiano não apenas atendam a seus propósitos políticos e éticos, mas também siga um caminho de fundamentação teórico-prática. Dessa forma, a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano não deve ser vista apenas como um documento imposto, mas sim como um compromisso coletivo assumido por cada servidor(a), estudante e membro da comunidade como um todo.

Percebemos também que tal luta por uma escola inclusiva, que realmente acolha a diversidade, começa quando cada um desses grupos reivindica sua inclusão na escola, não apenas no que diz respeito ao direito à matrícula, mas também ao direito de garantir sua permanência e sucesso no percurso formativo, para que, quando ingressarem no mundo de trabalho, possam estar devidamente incluídos.

Os princípios que orientam a Política de Diversidade e Inclusão incluem a igualdade de condições e a equidade no acesso, na permanência e no êxito durante a trajetória formativa, no entanto, em relação aos egressos, encontramos apenas a seguinte menção: "[...] assessorar a trajetória acadêmico-profissional do(a) estudante egresso(a) por meio de orientação, avaliação e levantamento de dados estatísticos para subsidiar sua inserção no mundo do trabalho" (IF Baiano, 2011, p. 13). Entretanto, não há orientações sobre como proceder para a realização desse assessoramento.

Até a presente data da escrita deste texto, essa política está em processo de

reformulação ³⁸ e passará a ser denominada Minuta da Política de Equidade, Diversidade e Inclusão do IF Baiano (PEDI). Portanto, não há como identificar se nesta nova versão haverá menção sobre o acompanhamento de egressos.

4.5 Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil está regulamentada pela Resolução Consup/IF Baiano n. 64 de 30 de novembro de 2016³⁹ (IF Baiano, 2016), que estabelece um conjunto de princípios e diretrizes orientadores para o desenvolvimento de programas e ações que promovam a democratização do acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes em seu processo formativo. Essa política afirma que se aplica a todos os alunos regularmente matriculados, sem fazer menção a egressos em seu texto.

Esse documento visa institucionalizar programas e ações que promovam a democratização do acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes em seu percurso formativo, garantindo o pleno exercício da cidadania. Seus objetivos incluem ampliar o acesso e a inclusão social pela educação, assegurar igualdade de oportunidades, melhorar o desempenho acadêmico, oferecer assistência à saúde preventiva, desenvolver o pensamento crítico e criativo, fomentar oportunidades de aprendizagem para a inserção no mundo de trabalho ou prosseguimento acadêmico, e aumentar a eficiência das ações do Instituto para cumprir sua missão

A política é organizada em vários capítulos e seções, com suas respectivas orientações. O Art. 1º estabelece que esta Resolução institui a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, que é composta por um conjunto de princípios e diretrizes para o desenvolvimento de programas e ações que promovam a democratização do acesso, a permanência e o sucesso do estudante em seu percurso formativo.

§1º A Política da Assistência Estudantil do IF Baiano, vista sob a perspectiva de universalização do direito à educação e formação integral dos indivíduos, abrange todos os alunos regularmente matriculados.

§2º Os programas e ações que exigirem recursos financeiros serão

³⁸ <https://ifbaiano.edu.br/porta/ensino/diversidade-e-inclusao/>

³⁹ [Institucionalização do Programa de Assistência Estudantil.docx \(ifbaiano.edu.br\)](#)

priorizados para atender às necessidades dos alunos cuja renda familiar per capita seja de até um salário-mínimo e meio vigente. (IF Baiano, 2016, p. X)

O artigo 3º afirma que os princípios que sustentam a Política da Assistência Estudantil do IF Baiano devem garantir o direito ao ensino público e gratuito de qualidade e promoção da inclusão através da educação.

No Capítulo III são abordadas a estrutura, a composição e as competências dos órgãos e colegiados da Assistência Estudantil. Já o Capítulo IV detalha os programas instituídos pela Política de Assistência Estudantil do IF Baiano. O Capítulo V trata do financiamento e orçamento.

No entanto, não há informações específicas sobre egressos em todo o documento. A única sugestão é feita na Seção V, Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico – PROAP, em seu art. 102, o qual define a responsabilidade do programa em garantir a permanência e o sucesso dos estudantes, identificando dificuldades que afetam a evasão e a retenção, buscando superá-las através do acompanhamento pedagógico e do atendimento psicossocial.

Na Subseção II, é especificado que o objetivo do PROAP é promover a formação integral dos estudantes em relação às demandas sociais e ajudá-los a adquirir habilidades para o mundo do trabalho. Entretanto, não informa como exatamente irá realizar esta promoção.

4.6 Regimento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (Napsi)

Embora o Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPSI) já esteja previsto dentro da Política de Assistência Estudantil - Resolução Consup/IF Baiano n. 64 de 30 de novembro de 2016 (IF Baiano, 2016), consideramos importante empreender uma análise sobre este núcleo e suas possíveis contribuições para o acompanhamento de egressos.

De acordo com o referido documento, o Napsi deve ser instituído em cada campus conforme a Política de Assistência Estudantil, com o objetivo de implementar o Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (PROAP). Composto por um assistente social, um psicólogo e um pedagogo, o núcleo é encarregado do planejamento e execução do programa. Na ausência desses profissionais, os campi podem formar parcerias externas ou buscar apoio de outras

unidades do IF Baiano.

O Napsi é responsável por monitorar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, oferecendo atendimentos individuais ou em grupo, tanto por iniciativa própria dos alunos quanto por solicitação de docentes ou responsáveis. Suas atribuições incluem promover ações preventivas para comportamentos de risco, estimular o diálogo com familiares e realizar acompanhamento das turmas para identificar e resolver dificuldades acadêmicas. Além disso, a equipe deve eleger um representante para participar das reuniões de conselho de classe e discutir as necessidades e dificuldades dos estudantes. O núcleo também realiza atendimentos personalizados, que podem ser requisitados por diversos membros da comunidade acadêmica ou identificados pelo próprio Napsi.

Outras atividades incluem a realização de pesquisas e diagnósticos para entender as problemáticas acadêmicas e sociais dos alunos, apoiar decisões institucionais e garantir o acesso aos direitos sociais.

De qualquer forma, não há menção sobre atuação ou colaboração do Napsi para o acompanhamento de egressos, sejam discentes com deficiência ou não.

4.7 Regimento dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais

A Resolução CONSUP/IF Baiano n. 92 13 de novembro de 2020 (IF Baiano, 2020) estabeleceu normas e diretrizes para as atividades dos Tradutores e Intérpretes de Libras/Português (TILSP) no Instituto Federal Baiano. A norma busca regulamentar e padronizar o nosso trabalho profissional, garantindo qualidade e eficiência na comunicação entre a comunidade surda e a instituição.

Ela define responsabilidades, requisitos e procedimentos para a nossa atuação enquanto TILSP, promovendo a acessibilidade e inclusão no ambiente acadêmico. O regimento tem como objetivos principais orientar a conduta ética no nosso trabalho profissional, estabelecer normas para nossa atuação – incluindo a atuação de terceirizados e substitutos - assegurando direitos linguísticos e acessibilidade para pessoas surdas, além de valorizar o trabalho dos TILSP e garantir o reconhecimento de nossa profissão. No entanto, o referido documento não aborda questões relativas aos egressos surdos da instituição e à conduta esperada desses profissionais após a saída dos discentes da instituição.

4.8 Regimento do Núcleo de Planejamento e Parcerias Interinstitucionais (NUPPI)

O Núcleo de Planejamento e Parcerias Institucionais⁴⁰ (NUPPI) tem como finalidade assessorar o Diretor Geral do campus na coordenação do Planejamento de Ações Anual (PAA), em colaboração com as Diretorias Acadêmica e Administrativa. Também é responsável por estabelecer parcerias com outras instituições para o desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e estágios, mantendo contato com a comunidade externa para garantir melhores condições para o ensino, a pesquisa e a extensão. As informações sobre este núcleo se encontram disponíveis na página da instituição citada em <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/bonfim/nucleo-de-planejamento-e-parcerias-institucionais/> e a última atualização ocorreu em 21 de outubro de 2022.

Embora o site do IF Baiano apresente uma lista de documentos relacionados às parcerias institucionais e um fluxo a ser seguido⁴¹, não foi encontrado disponível nas páginas da instituição um regimento específico para o núcleo. No entanto, está disponível um Guia de Procedimentos para Parcerias do IF Baiano no endereço eletrônico <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/07/guia-institucional-de-procedimentos-e-parcerias-do-if-baiano-maio-2021.pdf>. Este guia destaca a relevância dessas cooperações e a necessidade de uma abordagem estruturada para sua formalização. No entanto, o guia não aborda a participação e conduta dos egressos do Instituto nas parcerias, nem o seu acompanhamento.

Essas parcerias são essenciais para fortalecer o aprendizado e impulsionar o desenvolvimento das áreas onde os campi estão situados, colaborando com instituições de ensino, pesquisa e grupos produtivos, tanto em nível nacional quanto internacional. A formalização de parcerias exige um entendimento sobre sua importância, planejamento, natureza jurídica e gestão dos recursos financeiros, especialmente em contextos de crise econômica e sanitária. É fundamental que a comunidade do IF Baiano e parceiros externos trabalhem juntos para criar projetos que integrem a academia e o ambiente produtivo externo. E acreditamos que os

⁴⁰ Campus Senhor do Bonfim » Núcleo de Planejamento e Parcerias Institucionais (NUPPI)
(ifbaiano.edu.br)

⁴¹ IF Baiano » Parcerias

estudantes egressos, sejam eles com deficiência ou não, possuem um importante neste processo.

5 PRODUTO EDUCACIONAL: MINUTA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS SURDOS

O Produto Educacional (PE) proposto, conforme já mencionado neste texto, é uma minuta de um programa de acompanhamento para egressos surdos, com o objetivo de assistir e avaliar a trajetória profissional e acadêmica desses discentes após a conclusão de seus estudos. Ademais, também objetiva identificar e abordar possíveis lacunas e necessidades que possam surgir após a saída do ambiente educacional.

A finalidade dessa minuta de acompanhamento é oferecer uma ferramenta sistemática para a instituição a fim de acompanhar o progresso dos egressos surdos e identificar áreas em que possam precisar de suporte adicional. Através dessa ferramenta, busca-se garantir que os egressos possam continuar a desenvolver suas habilidades e enfrentar desafios que possam surgir no mundo do trabalho ou em suas atividades acadêmicas de forma independente e autônoma.

Aplicar essa minuta é importante para atender às necessidades contínuas dos egressos surdos. Muitas vezes, após a conclusão de seus cursos, esses indivíduos podem enfrentar desafios específicos e/ou barreiras linguísticas e situações que não foram totalmente sanados durante o período acadêmico. A minuta pode permitir um acompanhamento, proporcionando suporte direcionado, e ajustando as práticas pedagógicas para melhor atender às demandas dos egressos surdos. Além disso, ajuda a identificar áreas para possíveis melhorias na formação oferecida.

Para a construção desta minuta, documentos e regimentos que trataram do acompanhamento de egressos de algumas instituições foram consultados, a saber: Programa de Acompanhamento de Egressos do IF Baiano, Programa de Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Programa de Acompanhamento de Egressos da Faculdade Cesumar, Programa de Acompanhamento de Egressos da Pontifícia Universidade Católica – PUC/RIO, Programa de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal do Paraná campus Jacarezinho, e Programa de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal da Bahia, o qual serviu de inspiração para a escrita desta minuta.

A seguir apresentamos a minuta de proposta de Programa de Acompanhamento de Egressos Surdos do IF Baiano.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA-
PROFEPT
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS, EQUIDADE E DIVERSIDADE**

**MINUTA DE PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS SURDOS DO
INSTITUTO FEDERAL BAIANO**

Dispõe sobre o Programa de Acompanhamento de Egressos Surdos-PAES nos Cursos do IFBAIANO.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art.1º A presente minuta dispõe sobre a organização e o funcionamento do Programa de Acompanhamento de Egressos Surdos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Baiano - IFBAIANO.

§ 1º Considera-se egresso surdo o estudante certificado ou diplomado em cursos oferecidos pelo IF Baiano, em qualquer de seus níveis e modalidades, que possua perda auditiva e que compreenda e interaja com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras, conforme prescrito no Decreto n. 5.626/2005.

§ 2º O Programa de Acompanhamento de Egressos Surdos - PAES está associado à Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, responsável por sua execução e acompanhamento, com a Coordenação de Políticas de Ações Afirmativas, Equidade

e Diversidade e com as Comissões de Acompanhamento de Egressos dos campi.

§ 3º As Comissões de Acompanhamento de Egressos devem contar com a participação de membros do Napne e do Setor Pedagógico do campus quando se tratar de egressos com deficiência.

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO, DIRETRIZES E OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 2º O PAES é parte da Política Institucional de Acompanhamento de Egressos do IF Baiano e tem como objetivo promover ações que visam acompanhar a trajetória profissional do egresso surdo, identificando oportunidades junto ao mundo do trabalho, e auxiliando na construção de reflexões mais amplas sobre o processo de ensino, pesquisa e extensão oferecido pelo IF Baiano às pessoas surdas.

Art 3º O PAES está articulado à compreensão de que a educação é um processo formativo contínuo, de forma a possibilitar que o egresso surdo encontre no IF Baiano um espaço de sistematização do conhecimento, de ampliação e de fortalecimento das relações instituição-estudante mesmo após a finalização do curso. Para tanto, se faz necessário:

- I – desenvolver mecanismos de avaliação do ensino, da pesquisa e da extensão a partir da perspectiva do estudante surdo;
- II – acompanhar os índices de ingresso dos egressos surdos no mundo do trabalho;
- III – coletar dados para fins de desenvolvimento de metas e objetivos futuros em relação aos discentes surdos.

Art. 4º São princípios orientadores do PAES no IF Baiano:

- I – a valorização do profissional surdo formado pelo IF Baiano em conformidade com suas Diretrizes Institucionais;
- II – a interação contínua entre o egresso surdo com os demais egressos, e entre os egressos e a instituição, buscando estreitar relações por meio de parcerias profissional-educacional;
- III – promover ações que favoreçam a construção e a ascensão de conhecimentos socioculturais e acadêmicos, com vistas à melhoria da qualidade da educação ofertada pelo IF Baiano;
- IV – o compromisso e a responsabilidade com a necessidade de formação profissional da comunidade surda de acordo com os arranjos produtivos locais e o processo de expansão institucional conforme previsto na legislação vigente;

V – contribuir para com a avaliação e a autoavaliação institucional por meio de pesquisa sobre os egressos e o egresso surdo, possibilitando obter um olhar crítico sobre si enquanto instituição de ensino, e refletir sobre as melhorias necessárias em relação processos de ensino, pesquisa e extensão;

VI - o acompanhamento e o mapeamento profissional do egresso surdo em sua formação e sua ocupação em outra área que não a de sua formação;

VII- compreender as informações prestadas pelo egresso surdo como elementos para enfrentamento da evasão e contribuição para o atendimento dos aspectos voltados ao acesso, à permanência e ao êxito deste grupo específico de discentes;

VIII – promover uma formação profissional emancipatória e inclusivista de forma a contribuir com o aperfeiçoamento contínuo dos profissionais e com a construção de novos conhecimentos;

IX – publicizar em mídias sociais e meios de comunicação institucionais, de forma acessível à comunidade surda, cursos de formação continuada;

X – buscar a manutenção do vínculo contínuo com o egresso surdo, permitindo compartilhamento de saberes de modo a proporcionar contato com novos conhecimentos por meio da formação continuada;

XI – assumir compromisso social, preparando os discentes surdos para a inclusão no mundo do trabalho por meio de uma formação profissional emancipatória e que lhe proporcione atuação independente e autônoma;

XII – efetivo compromisso com a continuidade e a institucionalização do PAES devido a relevância de suas ações para auxiliar as tomadas de decisões das políticas públicas institucionais em relação aos discentes surdos;

Art. 5º São diretrizes do PAES:

I - constituir-se em meio legal e um instrumento pedagógico que regule as condições de organização e funcionamento das ações voltadas aos egressos surdos, em consonância com o disposto no Plano de Desenvolvimento - PDI e com os Projetos Políticos Pedagógicos – PPP dos campi;

II – instituir formação continuada que dê subsídios para a construção de uma trajetória profissional humanística, científica e cultural aos egressos surdos;

III – apresentar de maneira institucional o significado do IF Baiano na vida dos egressos surdos, mantendo uma relação de compromisso, afetividade e sistematização do conhecimento;

VI – permitir ao egresso surdo a interação com a renovação, a ampliação e a inclusão de novos conhecimentos e saberes a partir do diálogo contínuo entre o

egresso e a instituição;

V – manter o compromisso e a responsabilidade com a formação profissional da Comunidade Surda;

VI – possibilitar ao egresso surdo a oportunidade de refletir sobre as dificuldades e a relevância dos conhecimentos que sistematizou durante seu processo de formação.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS E ATIVIDADES

Art. 6º O PAES tem como intuito acompanhar os egressos surdos do IFBaiano quanto ao perfil socioeconômico, a formação acadêmica, a inserção no mundo do trabalho e as repercussões na melhoria da qualidade de vida do estudante, compreendendo ações que permitam:

I – Integrar os egressos surdos à comunidade acadêmica do IF Baiano;

II – instituir vínculos com o egresso surdo, por meio da criação e implementação de mecanismos de interação, tendo em vista o compromisso e a responsabilidade com a comunidade;

III – promover a realização de atividades de cunho técnico-profissional, buscando formação contínua, valorização do egresso surdo e condições para progressão e verticalização de sua formação;

IV – implementar e/ou atualizar ações e/ou mecanismos para a captura de dados e informações por meio da Secretaria de Registros Acadêmicos ou pelo ou Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP, além de outras possibilidades como encontros, eventos, correio eletrônico, site institucional, dentre outras ações;

V – utilizar dados e informações sobre o egresso surdo na condução e na verificação dos objetivos do curso e se estão em acordo com as necessidades de atuação profissional, bem como identificar demandas de formação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão a fim de se atender as demandas dos indivíduos com surdez;

VI – considerar os dados divulgados pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA) para auxiliar a pesquisa institucional sobre egressos surdos;

VII – acompanhar a trajetória profissional, por meio de análise das informações obtidas junto às pesquisas institucionais, para propor ações que contribuam na inserção, manutenção e progressão dos egressos surdos no mundo do trabalho;

VIII – publicizar as oportunidades de trabalho aos egressos surdos, colaborando para sua inclusão no mundo do trabalho;

IX – incentivar e oportunizar aos egressos surdos a realização e/ou participação em eventos de caráter recreativo, afetivo e/ou técnico-científico e cursos promovidos pelo IF Baiano;

X – possibilitar que as coordenações de cursos, de estágios e de egressos promovam ações de orientação ao egresso surdo no sentido de manter o vínculo institucional e interação contínua;

XI – tornar o egresso uma referência para publicização e valorização da Instituição por meio de depoimentos e de registros audiovisuais.

Art. 8º As atividades da PAES devem estar sempre articuladas com as de ensino, de pesquisa e de extensão.

CAPÍTULO IV

DO ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS SURDOS PELOS NÚCLEOS DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DOS CAMPI

Art. 9º Para execução e acompanhamento do PAES no IF Baiano, o núcleo de acompanhamento de egressos do campus poderá solicitar a colaboração do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, do Núcleo de Assessoria Técnico-Pedagógica – NATEPE e da Coordenação de Assistência Estudantil – CAE.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º Os casos omissos serão resolvidos pela Direção Geral do campus, com apoio do núcleo de acompanhamento de egressos do campus e da Pró-Reitoria de Ensino - PROEN.

Art. 11º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho me proporcionou uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos egressos surdos e sobre os desafios enfrentados tanto por eles quanto pela instituição ao longo do processo de inclusão. Ao revisitar a minha trajetória e a dos discentes surdos antes e depois de sua passagem pela instituição, foi possível observar o avanço significativo realizado, bem como identificar algumas lacunas que ainda precisam ser abordadas e organizadas.

A metodologia autobiográfica utilizada neste estudo me permitiu uma introspecção crítica sobre o papel do pesquisador e a imersão nas questões inclusivas ao longo de toda a minha trajetória profissional. Esse olhar pessoal e reflexivo destaca a importância de um acompanhamento contínuo e estruturado para os egressos surdos, com o objetivo de melhorar a inserção desses indivíduos no mundo de trabalho e assegurar que suas necessidades sejam adequadamente atendidas.

O estudo se orientou pela seguinte questão central: Quais são as contribuições de uma proposta de acompanhamento de surdos egressos dos cursos técnicos do IF Baiano para a inclusão desses sujeitos no mundo do trabalho?

Para responder a essa questão, o objetivo geral foi desenvolver uma proposta de programa de acompanhamento de egressos surdos para o IF Baiano. Os objetivos específicos incluíram:

Refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos surdos para ingressar no mundo do de trabalho: A análise revelou desafios significativos na transição do ambiente acadêmico para o mundo de trabalho, incluindo barreiras de comunicação e falta de preparação específica para o ambiente profissional.

Compreender a complexa relação entre empregador e profissional com surdez: Foi observado que a interação entre empregador e empregado surdo muitas vezes é marcada por preconceitos e falta de compreensão mútua, o que pode dificultar a inclusão e a integração do profissional surdo.

Desenvolver uma proposta de acompanhamento de surdos egressos dos cursos técnicos do IF Baiano: A proposta elaborada visa oferecer suporte contínuo aos egressos, ajudando na adaptação ao mundo do trabalho e na superação das barreiras encontradas.

Este trabalho não se propõe a encerrar a discussão sobre a inclusão de

surdos e a eficácia das propostas de acompanhamento, mas sim a contribuir com uma visão parcial e crítica que pode ajudar no avanço institucional e na responsabilidade social. As descobertas reforçam a necessidade de um compromisso contínuo com a inclusão e a adaptação das práticas educacionais e de apoio às necessidades específicas dos egressos surdos.

O estudo enfatiza que, para promover uma verdadeira inclusão no mundo do trabalho, é essencial que o IF Baiano e outras instituições de ensino adotem práticas e políticas que garantam um acompanhamento eficaz e um suporte consistente para os egressos surdos. Essa abordagem não só facilita a inclusão desses indivíduos/egressos no mundo do trabalho, mas também contribui para o fortalecimento da responsabilidade social da instituição.

A busca por melhores práticas e soluções eficazes para a inclusão de egressos surdos continua a ser uma prioridade, e este trabalho oferece uma base sólida para avanços futuros nessa área crucial.

REFERÊNCIAS

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BRASIL. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Acesso em: 22 nov. 2023.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e dá outras Providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 19 jun. 2023.

STROBEL, Karin. A história da Educação dos Surdos, Florianópolis, 2009. Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-LIBRAS, 2009. Disponível em:
https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 19 de abr. 2023.

ALBRES, Neiva de Aquino. Surdos e Inclusão Educacional. 1ª ed. Rio de Janeiro. Editora Arara azul, 2010. Vol. 1. 240p.

VIANA, Alvaneir dos Santos. A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2010. Disponível em:
<https://tede.unigranrio.edu.br/bitstream/tede/88/5/Alvaneir%20dos%20Santos%20Via%20na.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2023

ROCHA, Solange. O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. v. 01, 2. ed. Rio de Janeiro: INES, dez. 2008

MARIOT, A.; MARTINS, M. L.; TROMBETTA, F.; GUIMARÃES, F. P. Acessibilidade no ensino superior para surdos: histórico, percepções e possibilidades nas aulas de Química. *Cadernos do Aplicação*, v. 35, n. 1, p. 1-16, 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em:

22 nov. 2023.

BRASIL. Subsídios para a atuação do tradutor intérprete de língua brasileira de sinais (Libras) e língua portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 22 de nov de 2023

FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010. Reimpr.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

STROBEL, Karin. História da educação de surdos. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 03 out. 2023.

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 11, n. 2, p. 273-294, 2005.

OMOTE, Sadao. Perspectivas para conceituação de deficiências. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, v. 2, n. 4, p. 127-135, 1996.

BRITO, Emmily Araújo de. Inclusão dos Surdos no mercado de trabalho sob a perspectiva socioeconômica capitalista. São Luís. Maranhão: Centro Universitário UNDB, 2020.

BRASIL. Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 03 out. 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores: excertos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). *Educação e trabalho: princípios e contradições*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 85-112.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEITE, Fernanda Menezes. Mercado de trabalho e pessoas com deficiência: desafios à inclusão. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 de out. 2023

BRASIL. Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em: 10 jul. 2023

BRASIL. Lei n.º 8.160, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a criação do Programa de Assistência ao Surdo e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8160.htm. Acesso em: 15 jul. 2023

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 de out. 2023

BRASIL. Portaria n.º 1.679, de 7 de outubro de 1999. Dispõe sobre [tema específico da portaria]. Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=181364>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm. Acesso em: 02 nov. 2023.

SILVA, Diego Nassif da. Inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho: o conceito de pessoa com deficiência e sua aplicação jurídica. Curitiba: Juruá, 2013.

BRASIL. Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L13146.htm. Acesso em: 2 nov. 2023.

BRASIL. Lei n.º 8.160, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8160.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRITO, Emmily Araújo de. Inclusão dos Surdos no mercado de trabalho sob a perspectiva socioeconômica capitalista. São Luís, MA: Centro Universitário UNDB, 2020

CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO DE IPIAÚ (CAPI). Plano Político Pedagógico (PPP). Ipiáú, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Resolução n.º 84/2020. Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos da Educação Profissional Técnica do IF Baiano, 2020. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/10/Regulamento-de-Estagio.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2022

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Projeto Pedagógico do curso técnico em alimentos. Regimento Geral do IF Baiano Uruçuca. 2016. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/urucuca/files/2017/06/PPC-curso-tecnico-em-alimentos-Urucuca.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. IF Baiano: Programa de Acompanhamento de Egressos do IF Baiano. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2022/10/programa-de-acompanhamento-de-egressos2.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

JANNUZI, Gilberta S. de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção Educação Contemporânea).

MORAES, Violeta Porto; KUBASKI, Cristiane. O bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas. IV Congresso Nacional de Educação EDUCERE, PUC, Paraná, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/biliguinguismo.pdf. Acesso em: 03 maio 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. 1ª ed. Volume V. Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educac%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 29 nov.

2022.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. In: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 23 maio 2005.

DALMONECH, J. Z. et al. A implementação e funcionalidade dos Napnes na Rede Federal de Ensino. *Educação*, v. 48, n. 1, e54, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/67428>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PERINNI, Sanandreia Torezani. Do direito à Educação: o núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas e a inclusão escolar no IFES. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <http://www.educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/teses-defendidas?page=2>. Acesso em: 14 ago. 2024.

NOBREGA, Bruno Andrade. A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas. Disponível em: <https://tede.unifacs.br/bitstream/tede/52/1/DISSERTACAO%20BRUNO%20ANDRADE%20NOBREGA.pdf>. Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. *Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência e dá outras providências*. Conversão da Medida Provisória nº 139, de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.845.htm. Acesso em: 06 ago. 2023

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. *Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l12319.htm. Acesso em: 06 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008. *Estabelece o Dia Nacional do Surdo*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2008/l11796.htm. Acesso em: 06 set. 2023.

BRASIL. Portaria Normativa nº 20, de 18 de outubro de 2010. *Programa Nacional de Proficiência no Uso de Libras*. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ensino-superior/educacao-de-surdos/portarias-normativas/portaria-normativa-n-20-de-18-de-outubro-de-2010>. Acesso em: 06 nov. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Pessoas com Deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101846.pdf>. Acesso em: 06 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de

dezembro de 1996, para dispor sobre a educação bilíngue de surdos, e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 04 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 10 fev.2024.

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. *Revista da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação*, v. 14, n. 14, p. 75-85, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30223/pdf>. Acesso em: 12 maio 2024.

MARQUES, Valéria; SATRIANO, Cecilia. Narrativa autobiográfica do próprio pesquisador como fonte e ferramenta de pesquisa. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 23, n. 51, p. 369-386, jun./set. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353710929_Narrativa_autobiografica_do_proprio_pesquisador_como_fonte_e_ferramenta_de_pesquisa. Acesso em: 10 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Resolução nº 117/2021. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/02/Resolucao-117.2021-com-anexo.pdf>. Acesso em: 15 de mai. 2024.

OLIVEIRA, Sara Pereira dos Santos; SOUSA, Thiago Ferreira de; OLIVEIRA, Miliane Barreto de; ALVES, Élida Soares de Santana. Ações do projeto Comunicação Acessível em Libras durante a pandemia da Covid-19. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO - Uruçuca/BA, Brasil); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Disponível em: <https://seer.unirio.br/raizeserumos/article/view/10298/9118>. Acesso em: 20 de mai. de 2024.

IF BAIANO CAMPUS URUÇUCA. Comunicação Acessível em Libras - Setembro Azul. Projeto de extensão "Comunicação Acessível em Libras durante a Pandemia da COVID-19". Disponível em: https://youtu.be/LG75P0rddCc?si=8nvGTG1_hV7bLvpR. Acesso em: 20 de mai. 2024

SOUZA, Izanete Marques; BRITO, Vera Lúcia Fernandes de; RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. *Educação Emancipatória: Entre Experiências Pedagógicas, Diversidade e Transgressões*. eBook Kindle. Appris, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366839577_EDUCACAO_EMANCIPATORIA_ENTRE_EXPERIENCIAS_PEDAGOGICAS_DIVERSIDADE_E_TRANSGRESSOES. Acesso em: 20 de mai. 2024.

SCHUBRING, Gert. *O que é e ao que serve a hermenêutica?* What is Hermeneutics and for What Should it Serve? JIEEM, v. 11, n. 2, p. 194-200, 2018. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

INSTITUTO FEDERAL BAIANO - CAMPUS URUÇUCA. Projeto de extensão "Libras para Crianças" do Instituto Federal Baiano campus Uruçuca. Disponível em:

<https://youtu.be/Xlcfi6M9uYM?si=3xHpqufmEg-0fzgX>. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.185, de 19 de dezembro de 2019. Regulamenta a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/guest/home/-/asset_publisher/Kujrw1N6r8bJ/content/id/57089765. Acesso em 20 de jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.216, de 23 de dezembro de 2022. Regulamenta a Lei nº 14.172, de 11 de março de 2021, que dispõe sobre a Política Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos dos Usuários dos Serviços Públicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2022-2026/2022/decreto/D11216.htm. Acesso em 20 de jun. 2024

BRASIL. Lei nº 14.194, de 8 de setembro de 2021. Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l14194.htm. Acesso em: 20 de jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que dispõe sobre a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2020-2022/2020/decreto/D10502.htm. Acesso em: 10 de jun. 2024

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. IF Baiano: Programa de Acompanhamento de Egressos do IF Baiano. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2022/10/programa-de-acompanhamento-de-egressos2.pdf>. Acesso em 12 de ago. 2023.

ENCONTRO DE EGRESSOS IF CATU. Disponível em: <https://www.facebook.com/encontro.egressos.if.catu>. Acesso em: 02 de julho de 2024.

EGRESSOS CAMPUS SANTA INÊS. Disponível em: <https://www.facebook.com/people/Egressos-Campus-Santa-In%C3%AAs/100006105942053>. Acesso em: 02 de julho de 2024.

EGRESSOS IF. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/egressosiftdf/?fref=ts>. Acesso em: 02 de julho de 2024.

FORMULÁRIO. 2ª etapa de acompanhamento de Egressos do Campus Catu. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScA0m4hUwBobFbrp4r9gbm7fEH9ed-iENEBf57K-T0TIJy6-g/viewform>. Acesso em: 02 de julho de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. IF Baiano: Política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/ensino/wp-content/uploads/sites/2/2023/03/Politica-da->

[Diversidade-e-Inclusao1.pdf](#). Acesso em: 04 DE Jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Regulamento do Atendimento Educacional Especializado no âmbito do IF Baiano. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/ensino/wp-content/uploads/sites/2/2019/05/Regulamento-do-Atendimento-Educacional-Especializado-no-%C3%A2mbito-do-IF-Baiano.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Regimento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IF Baiano: Reformulação. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/ensino/wp-content/uploads/sites/2/2019/05/Regimento-do-N%C3%BAcleo-de-Estudos-Afro-Brasileiros-e-Ind%C3%ADgenas-do-IF-Baiano-Reformula%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Regimento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do IF Baiano. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/ensino/wp-content/uploads/sites/2/2019/05/Regimento-do-N%C3%BAcleo-de-Atendimento-%C3%A0s-Pessoas-com-Necessidades-Espec%C3%ADficas-do-IF-Baiano.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Política de Assistência Estudantil. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/guanambi/files/2015/12/Politica-de-Assistencia-Estudantil.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Serviço de Inclusão (NAPSI). Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/napsi/>. Acesso em: 22 jun. 2024

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Normatização das Atividades dos Tradutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/11/Normatizacao-das-Atividades-dos-Tradutores-e-Interpretes-de-Libras-Lingua-Portuguesa.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Núcleo de Planejamento e Parcerias Institucionais. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/nucleo-de-planejamento-e-parcerias-institucionais/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Documento Digitalizado Público

Dissertação para depósito

Assunto: Dissertação para depósito
Assinado por: Patricia Oliveira
Tipo do Documento: Diversos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Patricia de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 14/02/2025 16:55:01.

Este documento foi armazenado no SUAP em 14/02/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1014154

Código de Autenticação: 9bcef3933f

